

DIÁLOGO GLOBAL

15.1

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com Joan Martínez-Alier Volodymyr Shelukhin

Sociologia marroquina
e o Fórum ISA 2025 Adbelfattah Ezzine
Abdellatif Kidai
Driss El Ghazouani
Kawtar Lebdaoui

Ciência aberta Fernanda Beigel
Eunjung Shin
Jae-Mahn Shim
Ana Maria Cetto
Sarita Albagli
Ismael Ràfols

Perspectivas
teóricas Gabriel Kessler
Gabriel Vommaro

Seção aberta

- > **Haiti: o crepúsculo de um Estado**
- > **Conflitos relacionados à extração 'verde' nas Américas**
- > **Associações sociológicas na América Latina**
- > **A sociologia da América Latina e do Caribe em tempos de crise e incerteza**

REVISTA



isa
International
Sociological
Association

VOLUME 15 / NÚMERO 1 / ABRIL 2025
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD

> Editorial

Este ano, a *Diálogo Global* (GD) faz quinze anos. Tudo começou de forma artesanal graças ao ímpeto extraordinário de Michael Burawoy. Em seu primeiro editorial, em setembro de 2010, ele escreveu: “Queremos que este boletim informativo se torne o centro de troca de ideias dentro da nossa comunidade global.” No final de 2014, após o XVIII Congresso Mundial da ISA no Japão, a *Diálogo Global* deixou de ser um boletim informativo e passou a ser uma revista. Aos poucos, passou a ser publicada em quatro idiomas e, depois, em dezessete, combinando artigos *online* com quatro (e depois três) números por ano, e assumiu um *design* cada vez mais profissional. Lola Busuttill e August Bagà, que estiveram envolvidos na produção da GD desde o início, têm grande mérito nesta conquista.

No final de 2017, Michael Burawoy escreveu uma breve história da *Diálogo Global* [no Editorial GD7.4](#), leitura que eu recomendo fortemente. A partir de então, [Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre assumiram este legado](#), consolidando a DG no formato atual. Durante [os cinco anos à frente do projeto](#), diversificaram a revista, mantendo sua perspectiva acessível, crítica e pluralista. Acompanhado de Carolina Vestena e Vitória Gonzalez, assumi o cargo de editor em 2023, identificando três desafios centrais: construir uma sociologia pública e global a partir da ISA, mas também para além dela; reorganizar e garantir estabilidade às seções editoriais da *Diálogo Global*; e redefinir suas estratégias de comunicação e divulgação.

Fizemos progressos em várias frentes, mas ainda há muitos desafios a enfrentar. O décimo quinto aniversário da *Diálogo Global* e o quinto Fórum ISA de Sociologia, em Rabat, serão boas oportunidades para progredir nessas tarefas. Ao longo deste ano, alguns dos principais desafios para a sociologia pública e global serão discutidos nas nossas próximas edições. Pretendemos também abrir vários diálogos com todos os interessados em contribuir para este projeto. Em meio à turbulência global, a *Diálogo Global* deve ser capaz de dar respostas globais às crises do nosso tempo, construindo pontes entre diferentes realidades e culturas acadêmicas e propondo alternativas intelectuais e políticas.

Esta edição abre com uma entrevista do sociólogo ucraniano Volodymyr Shelukhin com o intelectual catalão Joan Martínez-Alier, uma das principais figuras nos campos da ecologia política e econômica. Nesta conversa, examinam o legado de Serhii Podolynsky, um dos intelectuais ucranianos mais proeminentes do século XIX, e a virada ecológica na teoria social.

A primeira seção desta edição apresenta uma visão ampla da sociologia no Marrocos, abrangendo, entre outros

tópicos, a institucionalização da sociologia no Marrocos, a tensão entre escolas sociológicas coloniais e estrangeiras e a emergência de uma “escola marroquina de sociologia”, bem como alguns dos autores e questões mais relevantes no debate nacional, e tendências na prática sociológica. Antes do Fórum ISA que será realizado em Rabat nos dias 6 e 11 de julho, recomendo a leitura destes artigos assinados por Adbelfattah Ezzine, Abdellatif Kidai, Driss El Ghazouani e Kawtar Lebdaoui juntamente com a seção sobre Sociologia do Magreb [publicada em 2021 em GD11.3](#).

A seção seguinte nos convida a pensar sobre a sociologia pública e global através das lentes da ciência aberta. Editada por Fernanda Beigel, que atuou como Presidente do Comitê Consultivo da UNESCO sobre Ciência Aberta, apresenta reflexões importantes sobre a relação entre Ciência Aberta e inclusão e interculturalidade (F. Beigel); a especificidade da ciência aberta em diferentes contextos culturais (Eujing Shin e Jae-Mahn Shim); as possibilidades de descomercialização da ciência (Ana María Cetto); as tendências da ciência cidadã, aberta ao diálogo com a ciência comunitária, a ciência participativa e o envolvimento público na ciência (Sarita Albagli); e a relação entre ciência aberta, cuidado e justiça epistêmica (Ismael Ràfols).

Na seção Perspectivas Teóricas, dois dos principais sociólogos contemporâneos da Argentina, Gabriel Kessler e Gabriel Vommaro, procuram responder à questão de como estudar a polarização política, oferecendo um quadro conceitual interessante ancorado em estudos empíricos da realidade latino-americana.

Finalmente, a Seção Aberta começa com uma análise lúcida do intelectual haitiano Jean-Marie Théodat sobre a lógica subjacente ao atual desastre no país caribenho. No artigo seguinte, Mariana Walter, Yannick Deniau e Viviana Herrera Vargas mapeiam e analisam 25 casos de conflitos relacionados ao extrativismo verde nas Américas. Os dois últimos artigos sobre sociologia latino-americana incluem o relato de Miguel Serna sobre a situação das associações sociológicas na América Latina e a Declaração aprovada pela Assembleia da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) em seu último congresso, realizado em novembro de 2024, na República Dominicana.

Fiquem atentos às nossas próximas edições para mais novidades. Viva a *Diálogo Global* e agradecemos a todos por tornar isso possível. ■

Breno Bringel, editor da *Diálogo Global*

PS: Quando a edição desta revista já estava fechada, recebemos a notícia da trágica morte de Michael Burawoy. Perdemos um acadêmico excepcional, um grande promotor global da sociologia pública, o fundador e entusiasta do *Diálogo Global*, além de um ser humano fantástico e generoso. Como tributo a tudo o que ele representou, dedicaremos nossa próxima edição à sua memória.

> A *Diálogo Global* pode ser encontrada em vários idiomas em [seu site](#).

> As submissões deverão ser enviadas para globaldialogue@isa-sociology.org.

> Equipe editorial

Editor: Breno Bringel.

Editores assistentes: Vitória Gonzalez, Carolina Vestena.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultores: Michael Burawoy, Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores regionais

Mundo Árabe: (*Libano*) Sari Hanafi, (*Tunísia*) Fatima Radhouani, Safouane Trabelsi.

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Shaikh Mohammad Kais, Abdur Rashid, Mohammed Jahirul Islam, Touhid Khan, Helal Uddin, Masudur Rahman, Rasel Hussain, Ruma Parvin, Yasmin Sultana, Md. Shahidul Islam, Sadia Binta Zaman, Farheen Akter Bhuian, Arifur Rahaman, Ekramul Kabir Rana, Saleh Al Mamun, Alamgir Kabir, Suraiya Akter, Taslima Nasrin, Mohammad Nasim, S. Md. Shahin.

Brasil: Fabrício Maciel, Andreza Galli, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes, Carine Passos.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Manish Yadav.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Elham Shushtarizade, Ali Ragheb.

Polónia: Aleksandra Biernacka, Anna Turner, Joanna Bednarek, Sebastian Sosnowski.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Bianca-Elena Mihăilă.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: WanJu Lee, Zhi Hao Kerk, Chien-Ying Chien, Yi-Shuo Huang, Mark Yi-Wei Lai, Yun-Jou Lin, Tao-Yung Lu, Ni Lee.

Turquia: Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.



Na seção “Falando de Sociologia”, Volodymyr Shelukhin conversa com **Joan Martínez-Alier** sobre Serhii Podolynsky e a virada ecológica na teoria social.



A seção temática “**Sociologia Marroquina e o Fórum da ISA**” aborda temas como a tensão entre as escolas sociológicas coloniais e estrangeiras e o surgimento de uma “escola marroquina de sociologia”.



O texto da seção “**Perspectivas Teóricas**” busca responder à pergunta de **como estudar a polarização política**, ancorando-se em estudos empíricos da realidade latino-americana.

Créditos pela capa: Martin Vorel, Wikimedia Commons



Diálogo Global é possível graças a um generoso subsídio da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial	2	Ciência cidadã e uma nova agenda de direitos por Sarita Albagli, Brasil	26
> FALANDO DE SOCIOLOGIA			
Podolynsky e a virada ecológica na teoria social Uma entrevista com Joan Martínez-Alier por Volodymyr Shelukhin, Ucrânia	5	Repensando a Ciência Aberta: em direção ao cuidado com a equidade e a inclusão por Ismael Ràfols, Holanda/Espanha	29
> SOCILOGIA MARROQUINA E O FÓRUM ISA 2025			
A institucionalização da sociologia no Marrocos por Adbelfattah Ezzine, Marrocos	8	> PERSPECTIVAS TEÓRICAS	
Revisitando a sociologia contemporânea no Marrocos by Abdellatif Kidai e Driss El Ghazouani, Marrocos	12	Polarização e conflito político: percepções da América Latina por Gabriel Kessler e Gabriel Vommaro, Argentina	32
Sociologia no Marrocos e sociologia geral by Kawtar Lebdaoui, Marrocos	16	> SEÇÃO ABERTA	
> CIÊNCIA ABERTA		Haiti: o crepúsculo de um Estado por Jean-Marie Théodat, Haiti/França	35
O contestado campo da abertura e inclusão por Fernanda Beigel, Argentina	18	Mapeando conflitos relacionados à extração 'verde' nas Américas por Mariana Walter, Espanha, Yannick Deniau, México e Viviana Herrera Vargas, Canadá	38
A dialética da Ciência Aberta: três anos desde a recomendação da UNESCO por Eunjung Shin e Jae-Mahn Shim, Coreia do Sul	21	Breve cartografia das associações latino-americanas por Miguel Serna, Uruguai	42
Descomercializando a ciência: uma utopia? por Ana María Cetto, México	23	A sociologia da América Latina e do Caribe em tempos de crise e incerteza por ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia)	45

“A conceituação e promoção da Ciência Aberta precisam ser repensadas para servir ao objetivo de proporcionar justiça epistêmica”

Ismael Ràfols

> Podolynsky e a virada ecológica na teoria social

Uma entrevista com Joan Martínez-Alier



Joan Martínez-Alier, 2009. Crédito: Wikimedia Commons.

Serhii Podolynsky (1850-91) é um dos estudiosos sociais ucranianos mais originais do século XIX. Seu impacto foi tão influente quanto pouco estudado. Ele foi, antes de tudo, um agitador revolucionário, um pesquisador profundo ou um louco? Drahomanov colaborou com Podolynsky ao mesmo tempo que se distanciava do anarquista emocional. [Mykhailo Hrushevsky](#) e [Mykyta Shapoval](#) o incluíram entre os fundadores da sociologia ucraniana. Suas ideias foram popularizadas pelo primeiro presidente da

Academia Ucraniana de Ciências, Volodymyr Vernadsky. Elas inspiraram escritores e também foram cruciais para **Joan Martínez-Alier**, um renomado estudioso social catalão, que é um dos fundadores da economia ecológica e da ecologia política e cujas ideias lançaram as bases da chamada Escola de Barcelona. O Prof. Martínez-Alier foi agraciado com o prêmio Balzan, um dos mais prestigiosos prêmios nas ciências sociais e humanas na Europa, e com o prêmio Holberg, que é frequentemente comparado ao Prêmio Nobel das ciências sociais. Nas duas palestras que proferiu ao receber esses prêmios, Martínez-Alier mencionou Serhii Podolynsky.

O Prof. Martínez-Alier planejava apresentar um relatório dedicado a Serhii Podolynsky, mas as circunstâncias não permitiram que isso acontecesse. Esta entrevista, conduzida por Volodymyr Shelukhin, do Departamento de Estruturas Sociais e Relações Sociais da Universidade de Kiev (Ucrânia), substituiu esse relatório. A entrevista foi preparada no âmbito da Conferência [“Clássicos potenciais: substituídos, esquecidos e descobertos na história da sociologia ucraniana”](#) (5 a 6 de junho de 2024) organizado pela revista sociológica ucraniana SVOIE e pela Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional Taras Shevchenko de Kiev (alma mater de Serhii Podolynsky). A conferência, que reuniu pesquisadores da Ucrânia e do exterior, foi a primeira do gênero na Ucrânia, com especial enfoque na história da sociologia ucraniana.

Volodymyr Shelukhin (VS): Seu conhecimento a respeito de Serhii Podolynsky começou com um livro de [Volodymyr Vernadsky](#), mas como esse livro chamou sua atenção? É um tanto inesperado para um estudioso social ler um livro sobre geoquímica.

Joan Martínez-Alier (JMA): Entre 1979 e 1982 publiquei com o economista ecológico espanhol José Manuel Naredo (em espanhol, em catalão e depois em inglês em *The Journal of Peasant Studies*) uma explicação sobre a energética agrícola de Podolynsky. Fiz uma tabela resumindo os números (quilocalorias como entradas e saídas) no artigo de Podolynsky. Eu li o *La Géochimie* (1924), de Vernadsky, mais tarde, em 1986, quando estava preparando meu livro *Ecological Economics* (1987). Meu amigo Jacques Grinevald, filósofo e epistemólogo francês, ecologista e historiador da ciência, chamou minha atenção para este livro de Vernadsky, para as páginas de Vernadsky que tratam de energia e entropia, e para sua meia página de elogios a Podolynsky.

VS: Que fontes você usou ao estudar o legado de Podolynsky juntamente com o livro de Vernadsky? Podolynsky foi amplamente esquecido na década de 1970, e o seu artigo mais importante só foi publicado em inglês em 2004.

JMA: O artigo de 1880 de Podolynsky sobre energética agrícola foi publicado em italiano, em alemão, que eu sei ler, e também em russo na revista *Slovo*, e provavelmente em ucraniano, que não consigo ler a menos que tenha ajuda. E muito mais tarde foi traduzido para o inglês. Existem versões ligeiramente diferentes do mesmo artigo.

VS: Você estava ciente do estudo de Roman Serbyn sobre esse tema quando começou sua pesquisa sobre o legado de Podolynsky?

JMA: Sim, eu estava ciente do trabalho de [Roman Serbyn](#). Nós nos correspondemos há muitos anos. Podolynsky escreveu, claro, sobre a história econômica ucraniana: pertencia a um grupo de intelectuais ucranianos que se opunham à Rússia czarista. Na Rússia, ele era próximo de Piotr Lavrov, que era um “Narodnik”: uma tendência política favorável ao campesinato e contra o czarismo. Podolynsky também conheceu Marx pessoalmente, por um breve período. Em 1880, ele vivia exilado em Montpellier. Estudou medicina em Breslau (Wrocław) e em Zurique. É realmente uma pena que ele tenha ficado doente e morrido jovem. Ele era amigo do grupo *Narodnaya Volya*. Mas ele era, eu diria, um nacionalista ucraniano. As universidades ucranianas em Kiev, em Lviv, levam o nome de [Mykhailo Drahomanov](#), de [Ivan Franko](#) – esses eram amigos e fontes de inspiração de Podolynsky.

VS: Em certo sentido, Serhii Podolynsky foi um pensador incomum para o século XIX. Seu foco na natureza e nas

relações agrárias na era da industrialização, das ferrovias e das máquinas a vapor parecia um tanto antiquado.

JMA: Podolynsky teve uma educação excepcional em ciências. Por isso, ele pôde escrever seu artigo sobre energética agrícola. Ele acompanhava de perto as pesquisas sobre energia, e em seu trabalho ele cita [Moleschott](#), [Clausius](#). Assim, ele podia calcular a quantidade de energia proveniente do sol convertida em fotossíntese, e como essa quantidade aumentava (em sua visão) quando o trabalho de seres humanos e animais era aplicado na agricultura. O excedente aumentava (o *Mehrarbeit* que ele escreveu em alemão para Marx em 1880). Mas grande parte da produção era gerada naturalmente, sem o trabalho humano (produção no sentido físico, medida em kcal). Tudo isso ainda era relativamente novo em 1880. Os artigos de Podolynsky foram publicados em várias línguas na Europa, incluindo na revista marxista *Die Neue Zeit*, mas os autores marxistas não se interessaram muito. Os autores marxistas não escreveram sobre energética agrícola. Alguns ecologistas, muito depois (David Pimentel e Howard T. Odum na década de 1970), começaram a escrever sobre a energética ecológica da economia humana, e sobre o EROI da agricultura (a relação entre a energia que entra em um campo e a energia da colheita). Hoje, isso é de interesse para a economia ecológica.

VS: Alguns autores marxistas ortodoxos receberam com ceticismo a sua interpretação do legado de Podolynsky e sua relação com as visões marxistas. O principal argumento deles é que não podemos explicar Podolynsky em termos de uma virada ecológica nas ciências sociais porque ele via a natureza apenas como um complexo de recursos. Ele tinha uma visão consumista da natureza. Como você responde a essa crítica?

JMA: Marx e Engels em 1880-82 (Marx morreu no início de 1883) leram cópias dos artigos de Podolynsky sobre a energética da agricultura. Eles não achavam que isso fosse interessante para o estudo da sociedade e da economia. Tal como Engels escreveu a Marx, Podolynsky tentou analisar a economia de um ponto de vista físico, e isso estava errado. Há alguns estudiosos marxistas que parecem acreditar que Engels não poderia estar errado. Eu discordo.

VS: Quais teorias contemporâneas em economia, sociologia e áreas afins poderiam se alinhar com a abordagem de Podolynsky?

JMA: Podolynsky estava à frente do seu tempo porque desenvolveu um modelo de produção de biomassa baseado em números realistas da produção e dos insumos agrícolas, expressos em unidades de energia, ou seja, quilocalorias por hectare. As quilocalorias são relevantes no lado dos insumos (fotossíntese, além do trabalho humano e animal, também as sementes, o fertilizante e,

atualmente, o petróleo, etc.) e no lado da produção. Humanos adultos comem aproximadamente entre 1.800 e 2.500 kcal por dia. Como escreveu Vernadsky em 1924: “Podolynsky compreendeu a energética da vida e tentou aplicar as suas descobertas ao estudo da economia”. Em outras palavras, ele analisou o metabolismo social da agricultura, e seu modelo poderia ser aplicado a toda a economia. Ele foi reconhecido como um precursor da energética agrícola e também da economia ecológica. O campo da pesquisa em energia e ciências sociais, e também da pesquisa em energia e história econômica e social, desenvolveu-se, em certa medida, separadamente das suas ideias (porque ele morreu relativamente jovem, e também porque os acadêmicos marxistas conheciam o seu trabalho, mas não o apreciaram devido às observações negativas de Engels na sua correspondência com Marx, publicada pela primeira vez em 1919). Mas ele não foi esquecido. Meu artigo de 1982 com Naredo no *The Journal of Peasant Studies* e o meu livro de 1987 o tornaram bem conhecido da nova escola de economistas ecológicos e também dos antropólogos ecológicos. Por exemplo, Roy Rappaport publicou em 1968 um livro sobre a energética agrícola (e também o sistema social e a religião) de um grupo de pessoas na Nova Guiné, os Tsembaga Maring. Eu li esse livro em 1972, antes de conhecer o artigo de Podolynsky e a reação de Engels. Na verdade, eu ensinei sobre energia e agricultura mesmo antes de Howard T. Odum e D. Pimentel publicarem os seus artigos e livros sobre este tema, após 1971.

A minha conclusão é que a abordagem de Podolynsky é muito relevante para os crescentes campos das ciências sociais ambientais e da história ambiental. É preciso estar ciente, no entanto, de que termos como “energética agrícola”, “metabolismo social”, “a energética da vida”, “a lei da entropia” e o “processo econômico” ainda são quase desconhecidos pelos economistas e sociólogos tradicionais.

VS: Concordo, eles ainda são desconhecidos, mas o conceito de entropia é usado por um grupo limitado de estudiosos sociais inspirados na sinérgica. Eles estavam cientes das ideias de Podolynsky?

JMA: Não sei sobre sinérgica. Você deveria ler *The Entropy Law and the Economic Process* (traduzido no Brasil como *A Lei da Entropia e o Problema Econômico*), 1971, de Nicholas Georgescu-Roegen. Ele mencionou Podolynsky, não neste livro, mas posteriormente em seu artigo de 1986, *The Entropy Law and the Economic Process in Retrospect*.

Em 1986, Georgescu-Roegen, com quem eu havia me encontrado em 1979 por alguns dias em Barcelona, leu meu trabalho com Naredo sobre Podolynsky e também conhecia os primeiros rascunhos do meu livro de 1987, *Ecological Economics*. Foi aqui que ele aprendeu sobre Podolynsky. A propósito, muitas das informações sobre a energética agrícola de Podolynsky, as reações de Marx e Engels, e a recepção de Vernadsky são explicadas em meu livro *Ecological Economics* (1987, nova edição: 1990).

VS: Seu projeto de pesquisa atual foca nos conflitos ecológicos ao redor do mundo. A invasão russa da Ucrânia também tem uma enorme dimensão ecológica. Embora você ainda não tenha estudado o contexto ucraniano, poderia oferecer alguns conselhos gerais para a Ucrânia sobre como enfrentar esses novos desafios ecológicos? É possível construir uma economia crescente em harmonia com a natureza e o pensamento ecológico?

JMA: Sim, com o *Global Atlas of Environmental Justice* ([EJAtlas](#)), que é um esforço coletivo, tentamos mostrar que existem muitas lutas locais por justiça ambiental. O crescimento econômico significa por vezes a destruição do ambiente, como por exemplo pela poluição. Nessas lutas, as pessoas têm inimigos semelhantes (tal como, grandes empresas mineradoras). Recentemente, eu estava lendo sobre queixas na Sérvia contra a empresa chinesa Zijin por mineração e fundição de cobre em Bor. Existem centenas de conflitos semelhantes. Muitas vezes, as empresas são empresas transnacionais. Além disso, na Sérvia, houve recentemente uma queixa apresentada por pessoas comuns contra a empresa Rio Tinto pela exploração mineira de lítio. O crescimento econômico, em todos os países, não deve implicar na destruição do ambiente. O mesmo se aplicará à Ucrânia quando a paz retornar. ■

Contato com:
Volodymyr Shelukhin <volodymyr.shelukhin1991@gmail.com>

> A institucionalização da sociologia no Marrocos

por **Abdelfattah Ezzine**, Presidente do *Espace Médiation* (EsMed) e fundador e coordenador nacional da Instância Marroquina de Sociologia, Marrocos



Crédito: Magharebia, no Openverse.

A sociologia surgiu no Ocidente durante a Revolução Industrial como uma forma de engenharia social, em resposta aos desequilíbrios e disfunções observados no tecido social dos países afetados por essa revolução. Desde então, o conhecimento sociológico tem sido objeto de debate e reflexão sobre seu objeto, metodologia, abordagens, etc. Evoluiu do status de pensamento social para o status de ciência, e no mundo anglófono – especialmente nos EUA – recebeu o nome de “societologia”, enquanto os franceses e outros europeus adotaram o termo “sociologia”, nome que permaneceu.

Embora o processo de institucionalização desta ciência nas áreas socioculturais europeias e anglo-saxônicas tenha sido semelhante, o seu surgimento e institucionalização sofreram um processo diferente nos países do Sul Global (ou países não ocidentais), e especialmente no Marrocos, que é o foco deste estudo. O objetivo aqui é esclarecer o leitor sobre a trajetória da sociologia marroquina e os desafios que os sociólogos marroquinos são chamados a enfrentar, com a contribuição de outros sociólogos que acreditam viver sob o “poder do saber” e não sob o “saber do poder”.

> Institucionalizando a sociologia no Marrocos: o período pré-protetorado

Vale a pena recordar que Marrocos foi lar de algumas das figuras mais significativas no avanço do racionalismo (Ibn Rushd/Averrois, 1126-1198) e do pensamento social

(Ibn Khaldun 1332-1406) na região do Mediterrâneo. No entanto, enquanto “ciência da sociedade” e do conhecimento científico, a sociologia foi introduzida no Marrocos para servir aos propósitos da ocupação e desestruturar a sociedade marroquina, enquanto a reconstruía de acordo com uma arquitetura imposta em nome de uma missão para civilizar um país percebido como atrasado. Após as negociações na Conferência de Algeciras, o Marrocos foi convertido em um protetorado francês. Isso aconteceu após a amputação de seus territórios saharianos em favor da Espanha na Conferência de Berlim (1884-85), onde as potências coloniais europeias se reuniram para dividir o continente africano.

Durante esse período, enquanto buscava impor seu direito de ocupar o Marrocos aos demais países europeus, a França enviou seus espões e colaboradores por todo o país para coletar informações que os esclarecessem sobre a situação e a composição da sociedade marroquina. O objetivo era implantar o que denomino como uma “teoria da dominação”, que facilitasse a “dominação do Marrocos” e o estabelecimento do protetorado. Todo esse trabalho culminou na fundação, em 1904, da “Mission scientifique du Maroc”, que publicou as *Archives marocaines* (Arquivos Marroquinos) e, mais tarde, a *Revue du monde musulman* (Revista do Mundo Muçulmano). Em 1914, logo após o status de protetorado ser imposto ao Marrocos, e em acordo com o *Résident Général*, uma terceira publicação foi realizada em colaboração com o Departamento de Assuntos Indígenas e o Serviço de Inteligência sob o título *Villes et tribus du Maroc* (Cidades e Tribos do Marrocos).

> Institucionalizando a sociologia no Marrocos: o período do protetorado

Durante este período, a sociologia e as disciplinas sociais e humanas relacionadas foram moldadas por uma visão política de dominação. Assim, as ciências sociais constituíam um conhecimento que servia à missão civilizadora que os Estados ocupantes – neste caso, França e Espanha – haviam se arrogado e desejavam impor ao país.

Durante o período do protetorado (1912-1956), poucos pesquisadores não franceses foram autorizados a pesquisar no “Marrocos francês”, enquanto as autoridades espanholas toleravam a presença de pesquisadores de outras nacionalidades. Além disso, a maioria dos que produziram conhecimento sociológico e social eram executivos da “autoridade protetorada” (controladores civis e militares, altos funcionários administrativos, etc.), enquanto apenas alguns marroquinos foram mantidos como informadores (ou mesmo auxiliares).

Uma visão geral dos trabalhos do período revela uma situação em que a sociologia era praticada no Marrocos como uma ferramenta de penetração e submissão, baseada na recolha de informação e inteligência para compreender as estruturas e recursos sociopolíticos e econômicos do país. Contudo, certas nuances entre áreas de atuação podem justificar o tratamento diferenciado que adoto nas seções seguintes.

> A sociologia do “Marrocos francês”

A sociologia francesa da época defendia o durkheimismo. Ao mesmo tempo, construiu a sua percepção da realidade marroquina em torno de uma dicotomia, cultivando o conflito e o antagonismo entre componentes marroquinos, com o objetivo de “dividir para governar”. O conhecimento gerado foi mobilizado não só durante o período de pacificação de 27 anos, mas também até a independência.

Essa dualidade produziu entidades monolíticas que a chamada literatura “acadêmica” descreveu como na tabela abaixo:

Essas dicotomias foram incorporadas às entidades administrativas. Como resultado, aqueles da primeira coluna foram concebidos como adequados para o controle civil, enquanto os da segunda coluna deveriam ser geridos por controladores militares, de acordo com uma perspectiva político-territorial em que a zona civil era “Marrocos útil” e a outra meramente “Marrocos inútil”.

A sociologia do “Marrocos francês” privilegiou o colonizador como ponta de lança deste mandato internacional que a França queria transformar em colonização. O poder do *Résident Général* não substituiu o poder do Sultão, mas foi sobreposto a ele e contornado por decretos de vizir. Do ponto de vista metodológico, essa sociologia tentou adotar os métodos de pesquisa e as técnicas de coleta de dados da época. O principal problema reside na análise e interpretação. Muitas vezes, a coleta de dados e informações e sua interpretação tinham a sociedade de origem como referência. Isso revela um etnocentrismo tanto no desenvolvimento de conceitos quanto nas abordagens, não apenas no trabalho de campo, mas também nas conclusões.

> “Sociología española” no Marrocos

Na sua zona de influência, a Espanha comportou-se de maneira muito semelhante à França. Baseou-se nas informações fornecidas por chamadas missões científicas e outros informantes como fontes. A ideia subjacente era distinguir a realidade sociopolítica e territorial dessa zona dos territórios marroquinos depredados: Ceuta, Melilla, o Saara.

O conhecimento sociológico espanhol foi articulado através da noção de “africanismo”, que se refere aos “traumas” sociohistóricos marroquinos-espanhóis (Al-Andalus, a Batalha de Annual e as guerras civis em particular). Isto tornou-se uma referência ideológica e cultural contra o Marrocos em muitas formas. Como resultado, o peso social do passado entre os dois países impediu o “objetivismo voluntarista” na abordagem espanhola ao Marrocos, dificultado pela chamada “missão civilizadora”.

Dicotomias		Observações
Árabe	Berbere	Os povos berberes são hoje conhecidos como Amazigh e reconhecidos na constituição marroquina de 2011.
<i>Chraâ</i> (jurisdição muçulmana)	Direito consuetudinário	O direito consuetudinário é uma variante da jurisdição muçulmana. Nenhuma menção é feita aos judeus marroquinos, que já foram <i>dhimmis</i> (não-muçulmanos que vivendo sob a proteção de um Estado islâmico, sujeitos a um status especial) e são agora reconhecidos como cidadãos plenos ao abrigo da atual constituição.
<i>Bled Makhzen</i> (território sob autoridade central)	<i>Bled Siba</i> (território insubordinado ao poder central)	Na história de Marrocos, deve ser feita uma distinção entre <i>Siba</i> (dissidência, revolta ou rebelião) e pretensão. <i>Siba</i> nunca questionou o <i>status</i> religioso do Sultão como “Comandante dos Fiéis”, mas era contra o seu poder político.

Podemos concluir que o “utilitarismo primário” nas obras sociológicas espanholas e similares não foi uma construção de um campo de estudo ou mesmo de uma especialidade; era uma missão tingida de humanismo religioso.

> **Sociologia de outros países praticada no Marrocos**

Poucos sociólogos de outros países se interessaram pelo Marrocos, ou melhor, foram autorizados a realizar trabalhos de campo lá, especialmente depois de 1912. A maioria estava baseada em Tânger (declarada Zona Internacional).

O finlandês Edvard Westermarck permaneceu no Marrocos de 1898 a 1939. O principal motivo de suas viagens bem-sucedidas foi o relacionamento com seu amigo Sidi Abdeslam El Bakali (xerife da região de Jbala), que lhe forneceu proteção em todas as suas viagens. Assim como fez Carleton Coon, que publicou *Tribes of the Rif*, em 1917, republicado em 1966, Westermarck reconheceu a hospitalidade, a compreensão e o alto grau de cooperação dos espanhóis e da sociedade que estudou.

Se escolhi esses estrangeiros de diferentes horizontes para ilustrar a participação nesta sociologia plural e poliglota, é para mostrar a especificidade da visão ocidental-centrada. Essa visão significava que a antropologia (ou até mesmo a etnologia) era praticada como “exo-sociologia”, enquanto a sociologia, propriamente dita, era vista como “endo-antropologia.”

> **A situação da sociologia no Marrocos independente**

Desde a independência do país, a sociologia tem sido adotada no Marrocos de maneira paradoxal. Por um lado, foi vista pela elite esclarecida como uma ruptura com a tradição cultural do Mashreq e, portanto, uma chave para a modernidade, destinada a entender e diagnosticar melhor os males da sociedade para superá-los e caminhar em direção a uma sociedade melhor. Por outro lado, foi vista pelos detentores do poder como uma ciência inconveniente.

Embora a cooperação marroquina com a UNESCO tenha dado origem ao Instituto de Sociologia em 1961, a sua dissolução em 1970 ocorreu em um contexto de acontecimentos infelizes, o corolário dos “Anos de Chumbo” do Marrocos. Após o fechamento do Instituto, a sociologia foi integrada ao Departamento de Filosofia e Psicologia, com um curso de sociologia iniciado no nível de pós-graduação. Também são oferecidos estudos de doutorado em sociologia. O currículo foi arabizado, como todas as outras áreas das humanidades.

Para contrariar a ascensão do pensamento crítico e as suas conotações sociopolíticas de esquerda, os departamentos de Sociologia foram banidos em favor dos departamentos de Estudos Islâmicos, que foram abertos nas 11 Faculdades de Artes e Humanidades que surgiram nas diferentes regiões do Marrocos.

> **O legado colonial**

Apesar de seu passado conturbado, a sociologia foi aceita como um patrimônio marroquino por mérito próprio. Os pesquisadores marroquinos se apropriaram desse patrimônio submetendo-o a uma “dupla crítica” (A. Khatibi). Eles criticaram tanto as teses errôneas que sustentam a teoria da dominação quanto os métodos e técnicas usados para coletar dados e informações, sem mencionar a maneira como esses dados são processados e utilizados para apoiar conclusões ou construções que não refletem a realidade social. Esse debate não se concentrou apenas nos estudos marroquinos, mas também se aprofundou no terreno epistemológico e cognitivo fundamental das ciências sociais.

Assim, a segregação teve seus críticos (P. Pascon, A. Taoufik, A. Hamoudi, etc.), assim como outros modos de análise que tiveram seu auge. A produção colonial, e não a produção colonialista, foi integrada ao trabalho dos pesquisadores marroquinos. Esse debate foi mais dinâmico e animado com a escola francesa do que com o legado espanhol, que foi pouco analisado (ou até mesmo ignorado), devido à política de francofonização do Marrocos.

> **A chegada da sociologia anglo-saxônica**

A sociologia anglo-saxônica entrou no Marrocos com a independência. O interesse no país foi impulsionado por interesses geoestratégicos. O trabalho sobre o Marrocos foi particularmente abundante nos EUA, a ponto de o país se tornar um laboratório de pesquisa e imersão para aqueles que desejavam se especializar no mundo árabe, no islamismo, na diversidade cultural, entre outros (Clifford Geertz e seus alunos são um exemplo disso).

Os estudiosos anglo-saxões de destaque foram pioneiros que, em seguida, enviaram seus alunos, e esses alunos, agora professores, por sua vez, foram substituídos por seus próprios alunos. Isso deu origem a um corpo de conhecimento ao qual os marroquinos não podiam ter acesso devido às limitações de linguagem, disseminação e, acima de tudo, censura. Somente recentemente os graduados em língua e literatura inglesa começaram a se envolver na popularização dessas obras, seja por meio de tradução ou crítica. O mesmo ocorre com outros departamentos de línguas e literaturas nas Faculdades de Artes e Humanidades, com exceção dos departamentos de língua e literatura francesa, que há muito tempo estão envolvidos nesse debate. Graças às pontes criadas entre os diversos departamentos e até universidades, a sociologia foi enriquecida e se tornou uma disciplina complementar para outras especialidades.

Hoje existe uma abertura às diversas produções estrangeiras sobre o Marrocos, especialmente desde o restabelecimento da sociologia no final da década de 1980, através de novos departamentos em todas as Faculdades de Letras e Humanidades. Anteriormente, a sociologia só estava disponível nas Faculdades de Artes e Humanida-

des de Rabat e Fez. Mais importante ainda, estudar sociologia era visto como uma tendência de esquerda.

> A emergência de uma “Escola Marroquina de Sociologia”: limitações e potencialidades

Utilizei estes marcos históricos para esboçar rapidamente o contexto do surgimento de uma “Escola Marroquina de Sociologia” cuja produção é multilíngue, mas principalmente em árabe e francês. A escrita sociológica em inglês e espanhol começa agora a fazer incursões, à medida que os pesquisadores marroquinos conquistam novos horizontes na sua busca por formação e emprego.

A institucionalização de uma Escola Marroquina de Sociologia foi prejudicada pelas condições sociopolíticas acima mencionadas, mas também sofreu com a má governança da pesquisa nas ciências sociais e humanas. Isso não se deve apenas à compartimentalização da qual a sociologia, em particular, e muitas outras especialidades sofreram até o final dos anos 1990, mas também à falta de recursos financeiros, que foram insuficientes ou mal geridos e, geralmente, subutilizados. Além disso, vários programas de financiamento público para pesquisas sociais e humanas tiveram pouco impacto real na promoção da pesquisa. O financiamento privado não acompanhou os avanços, especialmente devido ao vácuo deontológico e legal na atividade de pesquisa, que envolve formação, expertise, consultoria e investigação. Mesmo algumas parcerias entre entidades ministeriais em áreas específicas permanecem sem solução.

Vários pesquisadores em ciências sociais formaram grupos de interesse através de associações dentro ou fora das universidades. Responderam assim à procura social de formação, consultoria e especialização. Os estudantes encontraram nessa oportunidade uma maneira ideal de aprimorar suas habilidades sob a orientação profissional de seus professores. Exemplos incluem o Centro de Estudos e Pesquisa em Ciências Sociais ([CER-SS](#)), o *Espace Médiation* ([espacemediation.org](#)), e o Observatório Regional de Migração, Espaços e Sociedades (ORMES), entre outros.

A mais recente reforma universitária levou à criação de vários laboratórios, mas estes são prejudicados pela sua estrutura burocrática, gestão financeira pesada e pelas tensões do “*Homo academicus*”. Apesar disso, foram capazes de dinamizar a vida universitária por meio de suas atividades diversificadas e fornecer um quadro para intercâmbios interuniversitários, tanto internos quanto externos.

Isso inclui o Dia Nacional de Sociologia (*Journée nationale de Sociologie*), um evento anual itinerante organizado pela Instância Marroquina de Sociologia e a Primavera das Ciências Sociais (*Printemps des Sciences sociales*) organizada pela Universidade Al Akhawayn em conjunto com a Universidade Mohammed V de Rabat. Essas iniciativas híbridas tomaram a forma de trabalhos para-universitários

e até peri-universitários. Elas ajudaram a abrir a universidade para seu ambiente social, econômico, civil e até político e representam espaços de troca informal e aprimoramento, onde diferentes gerações de pesquisadores de origens diversas, bem como jovens pesquisadores de mestrado e doutorado, podem se encontrar.

> Perspectivas e visão internacional

Graças à sua natureza multilíngue, a sociologia no Marrocos tem sido, até certo ponto, protegida das tendências vividas em outras partes da região MENA, como a arabização ou a islamização.

Desde a década de 1990, foram construídas pontes com os vários estabelecimentos privados de ensino superior e de formação para o ensino universitário transfronteiriço. Isso ajudou a criar uma fertilização cruzada mais forte com a produção anglo-saxônica, ao mesmo tempo que ofereceu aos sociólogos e outros pesquisadores de ciências sociais oportunidades para enriquecer esta escola marroquina emergente. Essa internacionalização da academia e da pesquisa permitiu que muitos sociólogos se deslocassem para instituições nos países do Golfo, quer como imigrantes, quer para estadias ocasionais, e até mesmo para serem ativos em redes financiadas por estes países. Estas oportunidades ajudaram a Escola Marroquina de Sociologia a espalhar a sua influência e a conectar-se com outros países da região MENA, oferecendo possibilidades para além da mobilidade institucional.

Com a reestruturação das práticas sociológicas no âmbito da Instância Marroquina de Sociologia, herdeira da Rede Marroquina de Sociologia, e a organização anual do Dia Nacional de Sociologia, a sociologia no Marrocos vem se estruturando enquanto promove uma “Escola Marroquina de Sociologia”. Desta forma, contribui para a história da sociologia, ao mesmo tempo que luta por um diálogo internacional referente ao “poder do saber” em vez da submissão da sociologia ao único “saber do poder”.

Organizar o 5º Fórum ISA de Sociologia, em Rabat (Marrocos), de 6 a 11 de julho de 2025, é para nós uma oportunidade de celebrar a diversidade, respeitando a deontologia, para que a sociologia e as ciências sociais e humanas não sejam afetadas pelo utilitarismo ou outras formas de poder e para que a liberdade acadêmica e a independência do pesquisador sejam reconhecidas. ■

Contato com:
Abdelfattah Ezzine <abdelfattahezzine@hotmail.com>

> Revisitando a sociologia contemporânea no Marrocos

por **Abdellatif Kidai** e **Driss El Ghazouani**, Universidade Mohammed V de Rabat, Marrocos



Crédito: Mino Andriani, 2023, na iStock.

Vários obstáculos dificultam a produção de um estudo abrangente sobre os temas, abordagens e métodos do pensamento sociológico no Marrocos. O primeiro obstáculo tem sido a falta de interesse por parte dos pesquisadores em promover a disciplina e a falta de documentação sobre dados sociológicos. Entre esses obstáculos, podemos incluir, mas não se limitar a, ausência de revisões de teses abrangentes, escassez de resenhas de livros publicadas, falta de bibliografias temáticas e raridade de artigos apresentados em colóquios. O segundo obstáculo está relacionado ao caráter nacional da sociologia pós-colonial independente. Os anos formativos da “sociologia nacional” foram moldados pela influência de professores nacionalizados no período imediato pós-independência e também foram afetados pelas lutas políticas entre alguns nacionalistas e a monarquia. Como resultado, muitas vezes tem sido desafiador diferenciar os papéis de cientista, teórico da sociologia e político

nos perfis sociológicos e atores no Marrocos. Um terceiro obstáculo está relacionado ao que constitui a sociologia marroquina e os sociólogos. A profissão de sociólogo não tem sido um tema proeminente nas discussões mais amplas sobre cultura, intelectuais e as ciências sociais e humanas na academia marroquina.

Este artigo tem como objetivo discutir a sociologia marroquina contemporânea, abrangendo seus temas, abordagens, métodos e desafios atuais. Começamos examinando a evolução dessa disciplina no ambiente acadêmico marroquino, delineando a literatura sociológica produzida sobre a sociedade antes, durante e após o período colonial. Embora o período colonial seja visto como um catalisador para o desenvolvimento da sociologia no Marrocos, uma nova geração de sociólogos tem buscado resgatar a disciplina, decolonizá-la e ir além das limitações do discurso orientalista. Eles buscam estabelecer uma sociologia nacional voltada para o desen-

volvimento socioeconômico e criar um legado sociológico para as gerações futuras. Nosso segundo objetivo é apresentar os principais temas que informam a pesquisa sociológica no Marrocos, as abordagens e métodos predominantes, e seu papel na evolução desse campo de pesquisa. Concluímos examinando alguns desafios-chave que precisam ser abordados.

> As origens da sociologia marroquina

Os estudos sociológicos realizados no Marrocos refletiram os debates políticos predominantes no país durante a era pós-colonial. Uma proporção significativa de sociólogos foi influenciada por Mohamed Guessous, um sociólogo proeminente que era membro do partido socialista União Socialista das Forças Populares (USFP). Várias estratégias foram desenvolvidas para ocupar o espaço universitário. As rivalidades políticas se voltaram para a sociologia nas décadas de 1960 e 1970, resultando no fechamento, em 1970, do Instituto de Sociologia de Rabat, que se tornou um centro e símbolo do pensamento crítico entre estudantes universitários e acadêmicos, sendo considerado demasiado crítico e de esquerda pelo Estado.

Em termos de paradigmas teóricos, as décadas de 1960 e 1970 foram caracterizadas pela predominância da teoria marxista. A sociologia dessa época buscava elucidar o funcionamento da sociedade a partir de um ponto de vista abrangente. A abordagem de Paul Pascon sobre a sociedade do “Haouz” e a sociedade marroquina em geral se caracterizou por conceitos holísticos, incluindo formação social, modo de produção, sociedade composta, classes sociais, níveis de realidade social, entre outros. Essa visão holística da sociedade também esteve presente em outros estudos sociológicos. Abdelkébir Khatibi produziu um texto sobre hierarquias sociais, enquanto Abdellah Hammoudi utilizou conceitos de estudo e desenvolvimento integrados. No entanto, a influência dessa abordagem holística foi gradualmente colocada em questionamento.

> O crescimento da sociologia no final do século XX e a virada urbana

Abdulrahman Rachik argumenta que, no início da década de 1990, houve um notável aumento na pesquisa sociológica sobre mulheres, família, juventude e socialização no Marrocos. Esse fenômeno surgiu simultaneamente a um discurso crescente sobre os valores das mulheres, movimentos feministas e preocupações mais amplas com os direitos humanos. O aumento na atividade de pesquisa nessas áreas durante esse período incluiu contribuições de pesquisadores marroquinos como Aïcha Belarbi, Ghetha Al-Khayyat, Fatma Al-Zahra Azroel, Rabia al-Nasiri, Rahma Bourqia e Mohammed Talal.

Da mesma forma, Rachik indica que a pesquisa sobre temas urbanos marroquinos representa outra preocupa-

ção para os sociólogos marroquinos. Os temas dominantes na sociologia urbana estão ligados à habitação (favelas e bairros miseráveis), urbanização, política urbana, imobiliário e transportes. Neste contexto, podem ser citados como exemplos ilustrativos os trabalhos de Françoise Buchanin, Mohammed Nasiri, Abdel Ghani Abu Hani, Mohammed Benatu, Abdelrahman Rachik, Abdullah Lahzam e Aziz al-Iraqi. [De acordo com Rachik](#), a maioria destes projetos de pesquisa foi conduzida em francês.

> Abordando questões contemporâneas

Além disso, vários cientistas sociais, liderados por Mokhtar al-Harras, Rahma Bourqia, Driss Bensaid, Ahmed Cherrak e Abderrahim al-Atri, pesquisam a sociologia da cultura, a sociologia dos valores, a sociologia rural e a sociologia da família. A maioria desses pesquisadores fez uma contribuição notável para o surgimento de uma nova geração de sociólogos marroquinos nas últimas duas décadas. A maioria desses pesquisadores realiza suas pesquisas em árabe.

Questões contemporâneas sobre religião, mulheres, juventude e imigração são abordadas por uma nova geração de sociólogos marroquinos que usam o inglês nas suas pesquisas. Fadma Ait Mous, que estuda identidades coletivas e movimentos sociais, relações de gênero e condições das mulheres, transformações sociopolíticas e juventude e migração, é uma figura notável entre esses acadêmicos. O caso de Hicham Ait Mansour, que estuda a pobreza, também ilustra a abertura dos estudiosos marroquinos a diferentes línguas e culturas. Isso indica que estudar a sociedade marroquina é relevante para a comunidade global e pode refletir fenômenos e mudanças universais. As contribuições dos estudos sociológicos realizados em diferentes línguas no contexto marroquino para a produção de teorias, paradigmas e abordagens baseadas em descobertas concretas são significativas.

> As limitações das teses de doutorado

O domínio mais amplo dos estudos sociológicos no Marrocos inclui teses de doutorado. Estas podem abordar quinze áreas de pesquisa: família, organizações, espaço, integração e relações sociais, precariedade e pobreza, juventude, educação, redes sociais, mobilidade e mudança social, trabalho, religião, urbanização, história social, saúde e mundo rural. A sociologia do trabalho, da mudança social, do desenvolvimento e da cultura são o foco da maioria das teses de doutorado. No entanto, estas teses não contribuíram para o avanço das teorias sociológicas através da introdução de novas abordagens ou conceitos. Isso perpetua o déficit metodológico e impede o estabelecimento da sociologia como um campo de pesquisa independente. Como não são publicadas, os achados da maioria das dissertações de doutorado não são integrados em discussões críticas mais amplas posteriores.

> Redefinindo práticas sociológicas para pesquisas de longo prazo

Apesar da evidente relevância da sociologia para as autoridades públicas e da expectativa de que os sociólogos contribuam para a análise de mudanças significativas que afetam a sociedade marroquina, o seu envolvimento continua limitado. Isso é evidenciado por um [estudo bibliométrico de todas as pesquisas em ciências sociais](#) publicada entre 1960 e 2006, e se deve a muitos fatores. Entre eles, estão o financiamento limitado, a falta de um quadro legal para motivar os pesquisadores e a ausência de uma revista especializada em sociologia. Sem uma política pública para a pesquisa científica, as práticas são essencialmente baseadas em iniciativas individuais ou redes pessoais, e a pesquisa ocorre fora da instituição universitária. A pesquisa atual sobre questões de desenvolvimento (pobreza, marginalização, exclusão, saúde e meio ambiente) responde mais às demandas políticas e sociais do que a projetos de pesquisa de longo prazo.

O principal desafio da sociologia é se reconstruir sobre novas bases que proporcionem um novo impulso para a educação superior e a produção científica. A prática da sociologia deve ser definida com maior precisão em termos de suas orientações de pesquisa, tanto no contexto nacional quanto internacional. À luz das reformas iminentes, caso a tendência seja intensificar as estruturas de pesquisa, há o risco de que essas estruturas se tornem desprovidas de substância sem uma definição clara dos objetos de pesquisa e um compromisso com o rigor científico. Portanto, é imperativo facilitar a comunicação entre os sociólogos, garantir a circulação de informações e coordenar e avaliar os estudos para planejar o futuro científico da disciplina.

> A política de arabização

Outro desafio significativo diz respeito à questão linguística no Marrocos. Atualmente, a sociologia é ensinada em árabe em todos os departamentos de sociologia, exceto em Casablanca. O processo de arabização na sociologia, que remonta ao início da década de 1970, representa uma perspectiva política mais ampla que tem implicações para todas as disciplinas das ciências sociais. Nesta

perspectiva, a arabização das ciências humanas pode ser entendida como uma referência à dimensão cultural das sociedades no mundo árabe-muçulmano. Na década de 1980, o debate entre os sociólogos árabes polarizou-se em torno da questão da especificidade das suas sociedades. Este debate opôs aqueles que consideravam que a sociologia do mundo árabe deveria contribuir para uma ciência “universal” contra aqueles para quem as ciências humanas e sociais não podiam reivindicar universalidade. Esta situação resultou em um cisma no Magrebe, particularmente na Argélia e na Tunísia, entre sociólogos de língua árabe e de língua francesa, que prosseguem agendas de pesquisa díspares e abordam assuntos distintos.

A primeira geração de sociólogos marroquinos recebeu a sua formação na tradição sociológica ocidental, foi influenciada pelos paradigmas científicos desenvolvidos na Europa e estava interessada em participar nos debates teóricos e metodológicos da comunidade internacional. No entanto, é essencial reconhecer que a situação das gerações mais jovens é motivo de preocupação. A política de arabização no Marrocos não produziu os resultados desejados. Tal como afirmado por especialistas na área dos estudos linguísticos no Magrebe, esse fracasso pode ser atribuído ao objetivo inicial de permitir que as crianças magrebins se tornem proficientes na língua escrita da sua cultura, nomeadamente o árabe clássico, adquirindo simultaneamente proficiência em uma língua estrangeira. No entanto, a maioria ainda não alcançou nenhum destes objetivos.

Como consequência das deficiências nas políticas linguísticas, essas gerações mais jovens estão lamentavelmente isoladas do conhecimento acumulado nas suas respectivas disciplinas e de um campo científico transnacional ao qual o Marrocos francófono teve pleno acesso. Ao mesmo tempo, estão reexaminando metodologias que, embora não sejam inerentemente tradicionais, apresentam [um certo grau de distanciamento das tendências predominantes nas ciências sociais](#). Esta discrepância entre a nova geração e as fontes de conhecimento sociológico pode desafiar o futuro das práticas sociológicas no Marrocos e a integração nos debates científicos da comunidade internacional.

Desafios enfrentados por estudantes de doutorado em sociologia

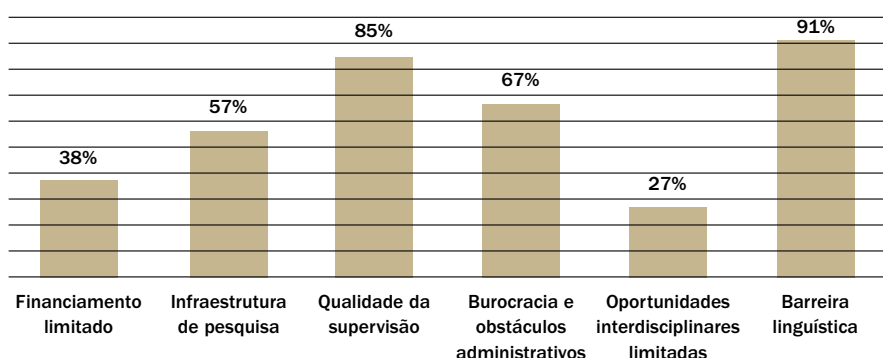


Figura 1.

> Os desafios dos doutorandos em sociologia

A sociologia no Marrocos abrange uma ampla gama de domínios que estudam o comportamento humano, a sociedade e a cultura. No entanto, o ensino dessa ciência no Marrocos passou por uma série de etapas nas quais a política desempenhou um papel crucial, visto que a maioria dos que se especializaram nessa área pertenciam à esquerda política. Tal como em muitos outros países, os doutorandos em sociologia nas universidades marroquinas enfrentam vários desafios que podem afetar o seu progresso acadêmico e de pesquisa (veja a figura 1).

Os dados da nossa pesquisa mostram que os estudantes de doutorado em sociologia enfrentam muitos desafios durante sua formação. A barreira linguística é vista como um dos desafios mais críticos com 91%, seguida pela qualidade da orientação com 85%, burocracia e obstáculos administrativos com 67%, infraestruturas de pesquisa com 57%, financiamento limitado com 38% e, finalmente, oportunidades interdisciplinares limitadas com 27%.

As barreiras linguísticas e a qualidade da orientação são desafios significativos que os doutorandos no Marrocos ou em qualquer outro país podem enfrentar. No Marrocos, os programas de doutorado são normalmente ministrados em francês ou árabe. A barreira linguística pode ser um obstáculo significativo para muitos estudantes, especialmente aqueles que já estudaram em outro idioma ou que têm proficiência limitada nesses idiomas. Isso pode afetar sua capacidade de compreender os materiais do curso, escrever trabalhos de pesquisa e se comunicar efetivamente com seus colegas e orientadores.

Os estudantes que realizam pesquisas em áreas específicas podem ter dificuldade em encontrar um orientador adequado. A qualidade da orientação de doutorado pode variar amplamente: alguns estudantes podem receber excelente orientação, enquanto outros podem enfrentar problemas como a falta de *feedback* oportuno, interação limitada com os seus orientadores ou desali-

nhamento de interesses de pesquisa que podem afetar o progresso e a qualidade da sua investigação.

As percepções dos doutorandos em sociologia nas universidades marroquinas podem variar dependendo de vários fatores, incluindo a qualidade do corpo docente, o currículo, as experiências de ensino e a empregabilidade (veja a figura 2).

Nossos dados de pesquisa indicam percepções negativas em relação à matrícula no programa de doutorado entre os estudantes de sociologia. Aproximadamente 55% afirmam que o conteúdo dos cursos e os currículos são fracos, enquanto 45% acreditam que a empregabilidade e as perspectivas de carreira são fracas. Além disso, cerca de 40% consideram a experiência de ensino muito fraca, e outros 43% a consideram fraca. Por outro lado, 35% dos entrevistados consideram a qualidade do corpo docente relativamente boa, enquanto 25% a veem como fraca.

Em geral, a maioria dos estudantes está insatisfeita com a formação doutoral em sociologia, apesar dos esforços feitos pelo Estado nesse sentido. Espera-se que a nova reforma adotada pelo ministério através da preparação de uma nova carta para teses melhore esses programas de uma forma que sirva aos interesses dos estudantes e da universidade como um todo.

> Notas finais

Como afirmado anteriormente, a sociologia marroquina passou por transformações substanciais e enfrentou muitos desafios. Existe uma divisão linguística entre os sociólogos que escrevem em árabe e os que escrevem em francês, o que resultou num campo de estudo controverso. Está surgindo uma nova geração de sociólogos receptivos ao uso do inglês e que se esforçam para transcender a dicotomia existente entre temas e interesses. ■

Contato com Abdellatif Kidai <abdkidai@gmail.com>

Percepções sobre a formação de estudantes de doutorado em sociologia

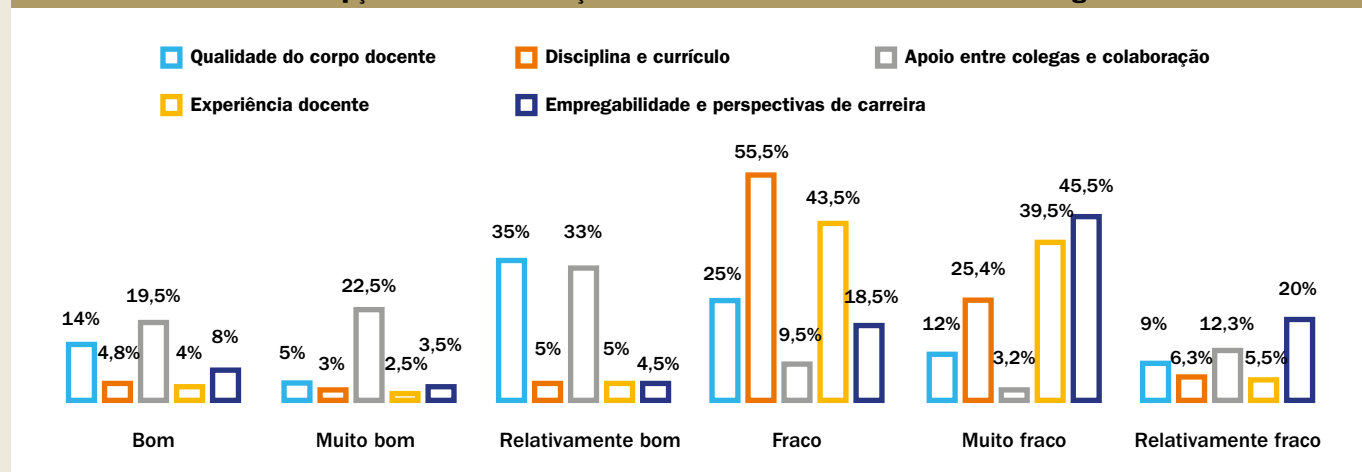


Figura 2.

> Sociologia no Marrocos e sociologia geral

por **Kawtar Lebdaoui**, Universidade Sidi Mohamed Ben Abdellah, Marrocos



Crédito: Suzy Hazelwood, 2017, no Pexels.

Um dos desafios enfrentados pelo Marrocos pós-colonial foi a descolonização da sociologia e a maneira de livrá-la da ideologia etnocêntrica. O objetivo deste artigo é reconstituir a identidade da sociologia no Marrocos em relação ao período colonial e à sociologia geral, além de questionar o desafio da desocidentalização da sociologia no Marrocos.

Fazer um balanço dos pontos de virada decisivos na história da sociologia no Marrocos que conduzem à construção do eu sociológico nos permite analisar a dinâmica de conjunção e disjunção entre a evolução da sociologia no Marrocos e a sociologia em geral.

> Sociologia no Marrocos repensada e descolonizada

A ascensão da sociologia e da antropologia no mundo ocidental foi fundamental para os movimentos colonialistas, fornecendo uma estratégia política por meio da qual pudessem controlar a resistência indígena. O conhecimento científico é uma força não militar; é menos oneroso e garante maior controle sobre os colonizados. Assim, embora a sociologia pretenda mudar o mundo, ela também é guiada por tensões ideológicas subjacentes.

Histórica e politicamente, o Marrocos está intimamente ligado ao colonialismo, ao longo de três períodos diferenciados: Marrocos pré-colonial, Marrocos colonizado depois de 1912, e Marrocos desde a independência em 1956. Por esta razão, a caracterização da sociologia pré-independência no Marrocos como ideológica e colonial requer grande

cautela epistemológica, e permite-nos explicar a emergência da identidade sociológica da sociedade marroquina como uma entidade descolonizada.

A literatura sociológica colonial sobre o Marrocos é vasta. As autoridades deram uma contribuição inestimável com monografias e pesquisas de campo aprofundadas. Essa investigação foi institucionalizada pela “*Mission scientifique*”, pela “*Section sociologique des Affaires indigènes*” e depois pelo “*Institut des Hautes Études Marocaines*”, produzindo um corpus de “referência” para gerações posteriores de sociólogos, que de fato regressaram a ela de uma forma epistemologicamente crítica, com o objetivo de criar uma sociologia nacional emancipada da ideologia colonial.

Assombrada pelo desejo de libertar-se do seu passado colonial, a sociologia voltou-se para o refinamento empírico e metodológico. A [figura sociológica emblemática de Paul Pascon](#) é a prova disso. Para compreender e transformar a sociedade, ele optou pela pesquisa-ação, demonstrando uma criatividade conceitual que colocou a sociologia da sociedade marroquina em disjunção com o marxismo, que teve ressonâncias significativas durante a década de 1970. Por meio da noção de “sociedade composta”, Pascon demonstrou como vários modos de produção (tribalismo, capitalismo, etc.) podem coexistir sem que as linhas de demarcação entre eles sejam necessariamente definitivas.

A sociologia emergente foi definida pela ação pública e pelo financiamento de organizações internacionais. Como resultado, foi geralmente dominada por estudos

rurais e sobre mulheres. Enquanto os fundadores optaram por uma perspectiva holística, encarnada no marxismo, a geração posterior de pesquisadores tendia para uma pesquisa mais setorial.

A sociologia descolonizada emergiu com pioneiros que construíram uma linha de fuga do conhecimento colonial e suas ideologias. Na busca por sua identidade, o desafio foi repensar o “nós social” (*nous social*) e reconstruir nichos de conhecimento sobre a sociedade marroquina.

> A apropriação científica do “nós social”

A missão dos pioneiros da sociologia no Marrocos independente era catalisar a transformação do mundo em benefício das classes trabalhadoras. Eles fizeram campanha por uma sociologia que se distanciasse do colonialismo e fosse politicamente operativa em nome dos explorados.

Enquanto a sociologia nacional se preocupava com a demanda social, a antropologia manteve-se fiel à sua busca pela compreensão da sociedade. A literatura antropológica pós-independência se dedicou a revisar sua contraparte colonial. Ela procurou acessar novas esferas de pesquisa religiosa e política, fazendo isso com o objetivo de apropriar-se cientificamente do “nós social”.

O exame crítico e a descolonização não implicam em apagar o legado da literatura colonial. Embora eurocêntrica, essa literatura fornece arquivos empíricos inestimáveis sobre os povos, as relações sociais, as dinâmicas tribais, o poder político e assim por diante.

Em outro nível da construção científica da antropologia no Marrocos, a conscientização da lacuna epistemológica entre o antropólogo ocidental, mas também colonial, e o antropólogo local não significa que este último seja necessariamente mais familiarizado com a cultura marroquina.

É claro que a sensação de estranheza nos dois casos não é a mesma. No caso do antropólogo ocidental ou colonial, a lacuna é ontológica, devido a uma obsessão pela ideologia colonial e pelo imaginário do colonizado como “selvagem”, “primitivo”, “subdesenvolvido”, etc. Em contrapartida, para o pesquisador local, a lacuna é epistemológica e emerge do desejo de produzir conhecimento científico local que seja válido para a transformação da sociedade.

Para escapar da *doxa* e das evidências imediatas, o antropólogo e sociólogo local adotam a “[estranheza do familiar](#)”. Essa reflexividade acerca das relações do antropólogo local e colonial com a comunidade que é objeto da sua investigação produziria uma alteridade epistemológica positiva face à literatura colonial. Como resultado, as fronteiras entre as duas literaturas permanecem porosas enquanto a reconstrução de uma sociologia científica da sociedade marroquina continuar a investigar essa relação dialética entre colonial e descolonizado.

> Por uma sociologia com perspectiva desocidentalizada

Apesar de sua ruptura epistemológica com o pensamento colonial, mantendo uma alteridade positiva em relação a ele, a sociologia nacional não está em disjunção com a sociologia geral. Como esta última, a sociologia marroquina permaneceu uma ciência nomotética do social, capaz de generalizar conceitos e estabelecer leis sobre a vida social. Mas em que sentido ela pode ser emancipadora apenas por meio da produção de um conhecimento desocidentalizado?

A transição da colonialidade para a descolonização foi auxiliada pela mobilização do paradigma sociológico de “transformar o mundo” em favor dos cidadãos e do paradigma antropológico de “olhar de dentro”. A construção do “*nous social* concebido por nós mesmos” e a consequente emancipação da sociologia da sociedade marroquina não foram alcançadas sem inovação metodológica e teórica nem sem profunda reflexividade ontológica e epistemológica.

No entanto, o discurso epistemológico da desocidentalização do conhecimento questiona a relação entre a sociologia local e a sociologia geral, que, na medida em que é ocidental, representa a hegemonia do global sobre o local.

Na verdade, o desafio da desocidentalização significa que a sociologia no Marrocos, como em outros países do Sul Global, deve adotar uma perspectiva não-ocidental e anti-hegemônica. Desocidentalizar a sociologia significa deixar de ser não apenas colonizado, mas também dominado e inferiorizado.

A multiplicidade do social só pode levar à emergência de um conhecimento local novo e crível, como alternativa à variedade “global” dominante. Enquanto o terreno empírico no Marrocos for fértil, a construção de uma sociologia local que leve em conta suas singularidades históricas, políticas e socioculturais pode ajudá-la a escapar da alienação e a produzir um espaço cognitivo local que a coloque em confronto com a hegemonia ocidental. Isso não significa isolamento, mas sim a elaboração de uma inter-cognição entre “local” e “global”, e o estabelecimento de uma sociologia capaz de energizar uma nova relação entre as duas escalas.

Em conclusão, o nascimento da sociologia não se limita apenas aos seus pais fundadores e aos primeiros pioneiros; é constantemente regenerado e reinventado para se alinhar com a evolução das sociedades, mas também com debates epistemológicos relevantes, particularmente aqueles no Sul Global. A sociologia da sociedade marroquina necessita, portanto, formar uma identidade própria, desterritorializando conceitos e teorias, apropriando-se de paradigmas e estabelecendo um nicho sociológico transnacional capaz de contribuir para a acumulação criativa universal e intercivilizacional de conhecimento. ■

Contato com: Kawtar Lebdaoui <kawtar.lebdaoui@gmail.com>

> O contestado campo da abertura e inclusão

por **Fernanda Beigel**, CONICET e Centro de Estudos de Circulação do Conhecimento, Universidade Nacional de Cuyo, Argentina



Crédito: Jacek Kita, 2018, no iStock.

Durante 2020 e 2021, tive a honra de servir como presidente do [Comitê Consultivo da UNESCO](#) que preparou o projeto preliminar de Recomendação sobre Ciência Aberta, aprovado na 41ª Conferência da UNESCO em novembro de 2021. As discussões com os 30 especialistas que fizeram parte do comitê, representando diferentes regiões do mundo, logo nos mostraram a complexidade da ideia de abertura no contexto das desigualdades econômicas, tecnológicas, acadêmicas e sociais globais. Os desafios da abertura científica mudam significativamente do Norte Global para o Sul Global, dado o desenvolvimento assimétrico da infraestrutura digital, mas também do Ocidente para o Oriente, dentro de cada região, e mesmo dentro de um país e da sua heterogeneidade estrutural interna.

A dimensão da Ciência Aberta mais desenvolvida no momento da preparação da Recomendação foi o acesso aberto às publicações científicas. A preocupação pública com esse tema pareceu reforçada pela pandemia da COVID-19. Conforme observado por vários estudos que consideram o balanço de 20 anos desde a Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste ([BOAI](#)), o acesso aberto nasceu como uma intenção nobre, mas evoluiu como uma realidade falha. Os interesses adquiridos no setor da publicação acadêmica, especialmente os editores de revistas altamente conceituados (por exemplo, fatores de impacto acima de 10-20), tiveram um grande incentivo para mudar

o seu financiamento para um modelo híbrido, uma vez que as suas assinaturas - embora caras - ainda estavam chegando, e suas submissões de manuscritos continuavam em ritmo acelerado, bem acima de sua capacidade de publicação. Uma deriva dinâmica de periódicos acadêmicos nascidos no Acesso Aberto ou megaperiódicos exigindo pagamentos cada vez mais altos para taxas de processamento de artigos (APC) ofuscou as conquistas do movimento de Acesso Aberto.

Neste contexto, uma das principais preocupações de todos os especialistas que partilham esse rico debate intelectual é como expandir a abertura científica e, ao mesmo tempo, promover a diversidade e a interculturalidade. Apresentarei a discussão conceitual que apresentei recentemente na Conferência STI, em Berlim, como o marco para uma série de mapeamentos que fiz para calibrar o quanto estamos avançando em direção a uma ciência inclusiva e aberta ou se a exclusão está vencendo o jogo.

> As tensões entre abertura inclusiva e fechamento exclusivo

Existem diferentes caminhos para a ciência aberta, coexistindo de forma conflitante em uma escala global, e a tensão entre eles não é determinada apenas pelos graus de abertura/fechamento, mas também está relaciona-

da aos polos de inclusividade/exclusividade. A Figura 1 mostra diferentes combinações nesse espaço de conflito que se organizam de forma semelhante à forma como Bourdieu descreve as propriedades de um determinado campo. Podemos ver as características da abertura à direita; e à esquerda, as características do fechamento. Porém, combinado com o eixo vertical e lendo de forma mais prática a partir do centro, onde os eixos se cruzam, vemos quatro quadrantes. Os quadrantes superiores apresentam exclusividade, impulsionada por atores comerciais ou pelas assimetrias tradicionais do sistema acadêmico global. Nos quadrantes inferiores, pelo contrário, circulam elevados graus de inclusão, mas com diferentes limitações à abertura, devido a questões de soberania ou à proteção exigida pelos grupos subalternos.

Os eixos de inclusão e abertura

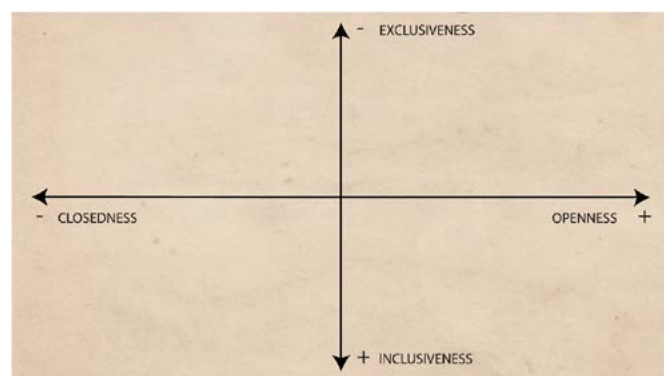


Figura 1.

Analisado por quadrantes, o espaço organiza-se segundo pólos opostos; em primeiro lugar, caracterizando o fechamento exclusivo liderado pelas grandes editoras comerciais que dominam a constelação constituída pelas plataformas editoriais Scopus-Clarivate. A crescente concentração de serviços acadêmicos e o fato de ainda controlarem uma parte considerável da credibilidade da comunidade acadêmica tornam esse setor dominante em termos de valor global para a avaliação da pesquisa. Consequentemente, o viés estrutural dessas bases de dados globais aprofunda a exclusão de grande parte dos resultados científicos publicados fora de periódicos de alto impacto, em outros idiomas que não o inglês, marginalizando a bibliodiversidade.

Contrariamente à inclusividade, esses editores comerciais precisam oferecer bens e serviços exclusivos que possam garantir acesso ao valor global de excelência, que é (por definição) escasso e excepcional. O quadrante superior direito é organizado de acordo com as principais condições para a abertura, como interoperabilidade e os outros princípios FAIR (facilidade de encontrar, acessibilidade e reutilização). Mas isso leva à exclusão severa dentro da estrutura do modelo de negócios “ouro”, onde os periódicos de acesso aberto transferem os custos de publicação para autores individuais afiliados a instituições que não podem arcar com acordos de *Read & Publish*.

O campo da inclusão e da abertura

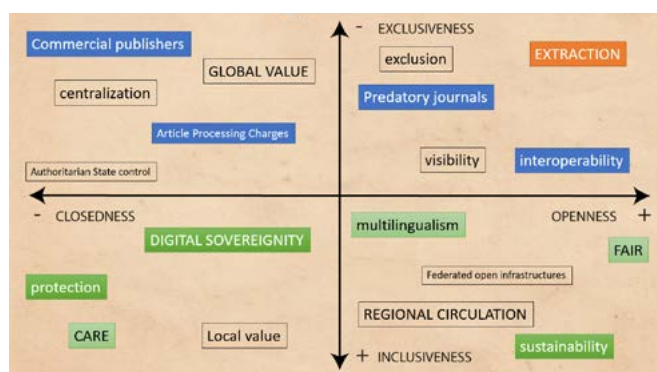


Figura 2.

Representada no quadrante inferior direito nas Figuras 1 e 2, a abertura inclusiva se opõe ao fechamento exclusivo. Os principais impulsionadores deste caminho no Acesso Aberto têm sido plataformas e portais de publicação regionais como Latindex, SciELO, Redalyc, Biblat e AJOL, que estabeleceram condições para periódicos de qualidade em vários idiomas. Dado que as hierarquias estabelecidas no mundo acadêmico atribuem pouco valor a essas revistas, a ciência aberta inclusiva pode ser menos visível e figurar como circulação regional. No entanto, incorpora um esforço crítico para preservar a interculturalidade e promover o direito humano à ciência.

No quadrante inferior esquerdo, vemos o fechamento inclusivo: um polo caracterizado por uma circulação restrita de conhecimento, que é principalmente valorizado localmente. Aqui podemos observar a produção científica divulgada em revistas não indexadas, inúmeras iniciativas de gestão de informação científica e plataformas digitais criadas sem identificadores permanentes, e muitas outras experiências semelhantes. Durante as discussões realizadas no Comitê Consultivo da UNESCO para a Ciência Aberta, os riscos da abertura foram discutidos no que diz respeito à necessidade de proteger as comunidades subalternas, o conhecimento indígena ou a informação científica sujeita a extração sob relações de poder desiguais: *abrir tudo o que for possível e fechar apenas o que for necessário foi a base do debate*. No entanto, isso foi crucial não apenas para proteger, mas também para respeitar os direitos dos grupos indígenas sobre o governo autônomo de seus conhecimentos nativos. Os princípios CARE nasceram no meio dessa tensão e hoje representam um dos principais conjuntos de diretrizes para uma transição para a abertura inclusiva: Benefício coletivo, Autoridade para controlar, Responsabilidade e Ética.

O fechamento pode resultar da necessidade de proteger grupos subalternos ou informações científicas potencialmente extrativas e pode ser usado pelos governos estaduais para defender a soberania digital. De uma perspectiva democrática, os governos poderão ter necessidade de proteger os dados pessoais dos cidadãos e os interesses econômicos das empresas em uma economia da informação. Em um regime autoritário, pelo contrário, esse conceito foi adotado para limitar a liberdade acadêmica e exercer controle social sobre os cidadãos.



Como podemos ver, as tensões presentes no desenvolvimento da ciência aberta inclusiva não giram apenas em torno de políticas nacionais de ciência aberta, de recursos materiais desiguais ou de interesses comerciais. A governança de dados desempenha um papel fundamental em projetos globais contestados sobre a integração de plataformas digitais. Profundos debates envolvem os benefícios ou desvantagens das infraestruturas abertas centralizadas, enquanto uma rota mais inclusiva e democrática parece emergir da ideia de infraestruturas federadas.

> Os stakeholders nas dinâmicas da inclusão e da exclusão

Qualquer caminho para a abertura inclusiva tem de superar dois obstáculos estruturais, um dependente dos recursos materiais e outro do capital simbólico em jogo na prática científica. O primeiro obstáculo consiste nas desigualdades globais forjadas pela exclusão digital e nos riscos de extração que a abertura cria para comunidades de pesquisa não hegemônicas que carecem das infraestruturas indispensáveis para visibilidade e reconhecimento. A segunda emerge das lutas crescentes entre a comercialização e a descomercialização da publicação acadêmica e da informação científica. Esses conflitos vão além da tensão entre o caminho do “diamante” e o do “ouro”, dado que o reconhecimento e a diferenciação entre os cientistas foram construídos sob um regime de excelência concebido por editores comerciais. Assim, a viabilidade de uma mudança real está, em última análise, ligada ao enfrentamento das assimetrias com fatores multicausais.

A América Latina representa um circuito editorial alternativo de acesso aberto, com revistas diamantadas geridas pela comunidade e orientadas pelo princípio da ciência como um bem comum. Contudo, o circuito “mainstream” ainda detém a maior parte da crença dos pesquisadores internacionalizados nos efeitos performativos dos periódicos de alto impacto, o que os impede de mudar seus caminhos de circulação sob o risco de perder reconhecimento. SciELO, Redalyc e Latindex têm feito enormes esforços para aumentar a sua visibilidade e impacto, e agências governamentais e instituições públicas sustentam este circuito regional. Contudo, a avaliação acadêmica definida por essas mesmas organizações desvaloriza essas revistas, resultando em uma forma de alienação que ainda permanece sem solução.

A inclusão enfrenta fortes forças de exclusão impulsionadas por *stakeholders* comerciais oligopolistas que procuram concentrar bens lucrativos e centralizar infraestruturas em ecossistemas fechados. A Figura 3 mostra alguns exemplos dessas empresas no quadrante superior esquerdo. Entretanto, no quadrante superior direito, infraestruturas totalmente abertas que cumprem os princípios FAIR, como OpenAlex, garantem visibilidade, mas são limitadas em termos de inclusão pela disponibilidade de identificadores persistentes (PIDs) como DOI, ORCID, ou outros.

Nos quadrantes inferiores desse campo contestado, podemos ver um reforço da ideia de que a inclusão está

altamente ligada ao multilinguismo e à interculturalidade da ciência. No entanto, algumas plataformas de publicação inclusivas apresentam limitações quanto à disponibilidade de metadados no nível dos documentos indexados nos seus serviços, e a falta de PIDs também diminui a visibilidade desta produção indexada de qualidade. A governança autônoma pode entrar em conflito com a abertura irrestrita à medida que avançamos para o pleno cumprimento dos princípios CARE, a elevada inclusão de grupos subalternos e a proteção do conhecimento indígena. A soberania digital pode, por sua vez, implicar certos graus de fechamento.

Posicionamento dos agentes comerciais e práticas dentro do campo contestado



Figura 3.

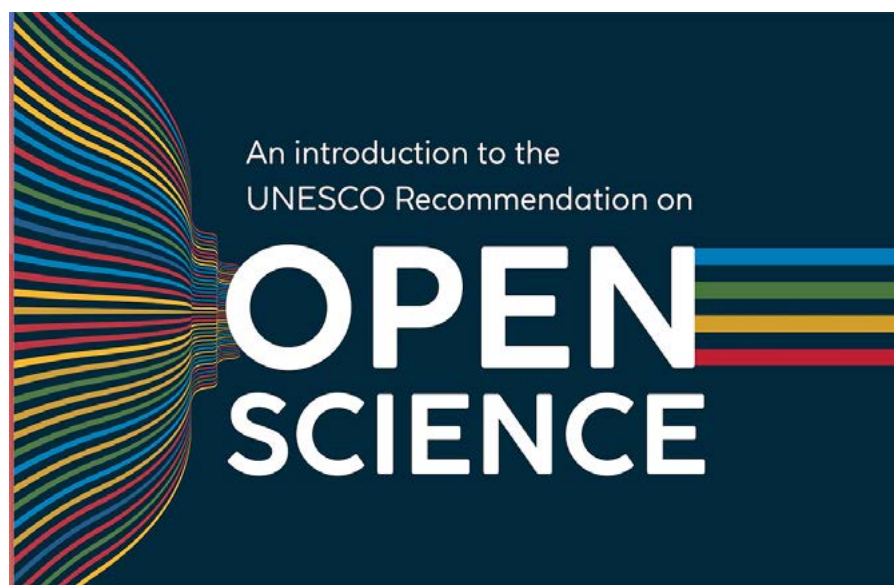
O quadrante inferior direito aglutina os melhores exemplos de abertura inclusiva. As plataformas e repositórios de publicação latino-americanos são partes interessadas relevantes no caminho em direção a um sistema de pesquisa equitativo. A sua principal força reside no investimento público dos governos em infraestruturas, no âmbito de um acordo geral sobre a definição da ciência como um bem comum. Trata-se de uma região heterogênea, com políticas científicas e abordagens de governança de sistemas de informação científica diversas, que coexistem em um ecossistema editorial não comercial. A experiência relevante em infraestruturas federadas, como a *LA Referencia* e sua tecnologia local, confere à região um papel crítico em uma transição justa para a ciência aberta inclusiva.

Essas tensões conceituais e práticas existem enquanto ocorre uma mudança significativa por trás da expansão dos mega-periódicos e do compromisso com a revisão por pares acelerada, que borram a interação original entre uma dada comunidade acadêmica e o público específico de um periódico. A homogeneização e automatização da gestão editorial deslocam os editores das decisões acadêmicas centrais. Uma potencial crise de legitimidade parece surgir dos efeitos perversivos do acesso aberto comercial, deixando-nos diante de uma oportunidade potencial. Acredito que uma mudança radical só será possível por meio de uma crítica profunda ao conceito de “excelência”, dentro de reformas contextualizadas e “situadas” nos sistemas de avaliação da pesquisa. De fato, buscar uma abertura inclusiva implica novas definições de qualidade da pesquisa, enquadradas no horizonte multilíngue da ciência como um bem comum intercultural. ■

Contato com Fernanda Beigel <fernandabeigel@gmail.com>

> A dialética da ciência aberta: três anos desde a recomendação da UNESCO

por **Eunjung Shin**, Instituto de Política Científica e Tecnológica (STEPI), Coreia do Sul, e **Jae-Mahn Shim**, Universidade da Coreia, Coreia do Sul



Crédito: UNESCO, 2022.

> “Ciência aberta” e o ideal mertoniano

O sociólogo de meados do século XX, Robert Merton, pode ser considerado o criador do que agora chamamos de “ciência aberta” e, por meio de suas normas para práticas e comunicação científicas ideais, ele prescreveu que a ciência deveria ser universal no que revela (objetividade) e no que constrói (acesso livre). Por meio desta norma mertoniana de universalismo, a comunidade científica é encorajada a buscar o conhecimento universal, discutindo abertamente e verificando fatos descobertos coletivamente, independentemente das identidades individuais dos cientistas, das diferenças regionais e das condições sócio-políticas. As normas práticas de ciência aberta, que foram imaginadas, contestadas e observadas na comunidade científica mundial ao longo das décadas desde a concepção de Merton, parecem divergir consideravelmente de suas normas prescritivas.

Os pesquisadores têm experimentado uma [comercialização cada vez mais intensa e uma competição entre pares na comunidade científica](#) nas últimas décadas. Esta tendência acabou por motivar os pesquisadores individuais a manterem as suas ideias e descobertas em círcu-

los fechados, em vez de partilhá-las com os seus pares na comunidade mais ampla. Por outro lado, os avanços nas tecnologias digitais e no acesso à Internet permitiram que publicações científicas e materiais de pesquisa fossem liberados publicamente, tornando-se acessíveis aos stakeholders relevantes de maneira mais ágil e eficiente. Assim, cercados por um movimento duplo, como sugerido por [Karl Polanyi](#), cientistas individuais e as comunidades científicas locais, nacionais e regionais têm testemunhado um conjunto heterogêneo de normas práticas de ciência aberta. Embora o ideal de ciência aberta iniciado por Merton continue intacto, a realidade da ciência aberta é, não apenas historicamente, mas necessariamente, um processo dialético multivocal de contestação e construção, carregado de ideias e práticas divergentes.

Respondendo a essas dialéticas multifacetadas da ciência aberta, a UNESCO mobilizou o seu poder de convocação, iniciou diálogos globais entre os seus 193 membros e, finalmente, emitiu a [Recomendação sobre Ciência Aberta em 2021](#). A Recomendação apoia acertadamente o universalismo e as diversidades locais/regionais como um esforço muito necessário. Por um lado, reafirma o reconhecimento global da ciência aberta e dos seus valores universais que possibilitaram a ciência. Ela

clama por esforços globais coletivos para revitalizar a ciência aberta dentro e fora das comunidades científicas. Por outro lado, a Recomendação da UNESCO esclarece as inevitáveis diversidades na implementação da ciência aberta e defende sistemas de conhecimento multiculturais e multilíngues. Uma coisa é a comunidade global manter um compromisso com o universalismo mertoniano. Outra é reconhecer e defender a importância da diversidade e o valor das localidades em todo o mundo quando se trata de promover o universalismo.

> Desenvolvimentos na Coreia do Sul

Três anos se passaram desde a adoção da Recomendação da UNESCO. Ao longo deste período, podemos identificar as seguintes ações destinadas a aprofundar as especificidades da ciência aberta na Coreia do Sul (oficialmente a República da Coreia). Ao contrário dos países que estabeleceram uma política ou plano nacional integrado de ciência aberta, a Coreia do Sul não possui atualmente um quadro abrangente que cubra todos os aspectos das práticas de ciência aberta. No entanto, pelo menos quatro movimentos distintos ocorreram nos últimos dez anos, juntamente com o processo global de definição da agenda da ciência aberta.

Em primeiro lugar, as agências governamentais de fomento promoveram medidas de política pública para melhorar o acesso e a utilização dos resultados de pesquisas financiadas publicamente. Isso se baseia na lógica simples de que o público deve se beneficiar do investimento público. Em particular, o surto da COVID-19 acelerou os esforços proativos do setor público para compartilhar dados de pesquisa a fim de combater emergências de saúde pública e proteger bens públicos. Mesmo que o compartilhamento incondicional de dados da COVID-19 não esteja mais em prática, as políticas de acesso público aplicadas aos resultados de pesquisas financiadas publicamente continuam em vigor.

Em segundo lugar, a gestão e o compartilhamento de dados de pesquisa foram facilitados pelo crescimento da pesquisa orientada por dados ou pesquisa assistida por IA (inteligência artificial). Empresas privadas, o governo coreano e agências públicas investiram em dados e recursos para tecnologias de IA. Plataformas de dados genéricos que oferecem serviços para todas as disciplinas científicas apareceram tanto no setor público quanto no privado. Além disso, centros de dados específicos de campo (em biopesquisa, ciência de materiais, ecologia, geociência, física de altas energias, pesquisa em saúde pública, etc.) e repositórios institucionais aumentaram em número e desenvolveram regras e padrões específicos por disciplina ou centrados na instituição.

Em terceiro lugar, as instituições acadêmicas e bibliotecas têm se adaptado continuamente ao cenário global em evolução da publicação de acesso aberto. À medida que mais pesquisadores em todo o mundo, assim como na Coreia do Sul, publicam seus artigos por meio de periódicos internacionais de acesso aberto, uma maior pressão tem

sido exercida sobre as bibliotecas nacionais para se adaptar. Elas estão sendo convidadas a reconsiderar os modelos existentes de assinatura de periódicos internacionais e explorar formas alternativas (por exemplo, acordos transformadores) para equilibrar os custos atuais de assinatura com as taxas de publicação em acesso aberto. Periódicos e conferências “predatórios” – dominados inequivocamente por interesses comerciais – se tornaram outro desafio para o avanço da publicação de acesso aberto. A indústria de publicação acadêmica está, sem dúvida, passando por transições, o que leva as comunidades acadêmicas a se ajustarem. No entanto, as informações disponíveis e os potenciais riscos associados a essas transições variam entre as disciplinas acadêmicas, os setores e as regiões, gerando comportamentos editoriais divergentes.

Em quarto lugar, os cientistas cidadãos, as comunidades locais e os leigos tornaram-se participantes integrais no processo científico. O seu envolvimento e contribuição são particularmente proeminentes na investigação em ecologia, astronomia e saúde pública. Novas perspectivas e interesses introduzidos por atores científicos emergentes conduzem a novas trajetórias de desenvolvimento do conhecimento. Ao mesmo tempo, essas trajetórias inevitavelmente resultam em tensões diante das heterogeneidades. Uma tendência de preservar o conhecimento endógeno incorporado nos contextos locais está sendo desafiada por apelos para codificar e disseminar esse conhecimento para além dos contextos locais a públicos mais amplos. Da mesma forma, a norma estabelecida de proteger as identidades únicas dos pesquisados está sendo contrabalançada por demandas de que exceções sejam feitas para fins de pesquisa.

> A dialética da ciência aberta

Para que qualquer coisa seja real e existente, [a sabedoria fenomenológica na sociologia do conhecimento](#) orienta que ela deve ter uma representação ideal e ser construída em dialéticas de tipos concretos e de heterogeneidades muitas vezes desconexas. No mesmo espírito, este artigo considera brevemente vários desenvolvimentos distintos na dialética coreana da ciência aberta. Tal como estão, cada um desses movimentos é desconectado, limitado a contextos específicos. Somente os observadores históricos poderão ver o que eles se tornarão nos próximos anos. Dependendo do caminho que seguem, o ideal prototípico da ciência aberta por [Roberto Merton](#) se tornará concretizado e real. Ao longo de todo o percurso, podemos ter certeza de que a ciência aberta chega até nós com todos esses detalhes. Nós apenas encorajamos as pessoas a prestarem mais atenção aos desenvolvimentos atuais e futuros em países como a Coreia do Sul. Os próximos processos nacionais de elaboração de relatórios da UNESCO, programados para 2025, serão uma plataforma valiosa para fornecer uma dialética dinâmica da ciência aberta de cada país. Além disso, serão necessários estudos aprofundados dessas dialéticas nas ciências sociais para apreciar plenamente a emergente dialética global da ciência aberta e revelar as tarefas específicas que estamos enfrentando. ■

Contato com Eunjung Shin <ejshin@stepi.re.kr>

> Descomercializando a ciência: uma utopia?

por **Ana María Cetto**, Universidade Nacional Autónoma do México, México



23

Crédito: montagem baseada em imagens do Freepik.

Conforme observado por Mirowski e Sent, a “[comercialização da ciência](#)” é um fenômeno heterogêneo que resiste a uma definição simples, o que torna muitas discussões contemporâneas sobre o tema insatisfatórias. Esse lamenável estado de coisas se deve principalmente à definição da ciência em si, que pode variar desde a ciência como um corpo estabelecido de conhecimento ou ciência como uma instituição, à ciência como um processo ou ciência como o produto desse processo. Portanto, a questão colocada pelo título deste artigo tem muitas dimensões e se presta a uma abordagem multifacetada. A abordagem apresentada aqui, que é

inevitavelmente parcial e incompleta, foca na comercialização como um fio condutor.

> Um vislumbre histórico

Registros históricos mostram que o comércio foi uma importante força motriz na produção, uso e disseminação do conhecimento, mesmo antes da ciência ser concebida ou nomeada como tal. Em particular, o desenvolvimento da ciência como uma construção europeia se beneficiou muito do conhecimento de territórios distantes, seja por meio da navegação, colonização ou conquista. Uma vez descontextualizado, esse conhecimento se tornou parte



do corpus científico e, mais importante, uma fonte de ganho econômico. O comércio de especiarias, plantas medicinais e outros produtos naturais do Sul tropical contribuiu significativamente para o poder econômico da Europa ao longo dos séculos.

Registros históricos também mostram que o conhecimento tem sido produzido e compartilhado em todo o mundo ao longo dos séculos. Um exemplo ilustrativo são as relações de rede de conhecimento estabelecidas pelo médico judeu português, Garcia da Orta, que se tornou famoso por seu extenso trabalho sobre o uso médico de frutas e ervas asiáticas, publicado pela primeira vez em Goa, na Índia, no ano de 1563. De fato, as conexões que Garcia da Orta fez com médicos da corte indiana, árabe, persa e turca e com viajantes que navegaram para a China, Indonésia e ao longo da costa leste da África foram uma grande fonte de informação. Mas Garcia da Orta também era um homem de negócios, promovendo a venda de plantas medicinais e pedras preciosas e sua exportação para a Europa. Os [59 capítulos de sua complexa e volumosa obra](#) foram traduzidos e circularam de forma resumida na Europa, com foco na seleção das espécies mais úteis para fins medicinais e comerciais. Não é de surpreender que, desde o século XIX, ele tenha sido retratado como um “grande homem da ciência” e um “pioneiro da medicina tropical”.

A circulação de conhecimento do Sul para o Norte não parou desde as viagens de descoberta e conquista dos séculos XV e XVI. Isso também levou à comercialização dos produtos desse conhecimento, desvinculados de suas raízes originais.

> A criação da máquina de financiamento

As assimetrias históricas na circulação do conhecimento ainda estão conosco. Na era da globalização, todos nós, no Norte e no Sul, contribuimos em graus variados para a ciência como a conhecemos hoje: um corpo de conhecimento legitimado política e economicamente, nutrido por uma crescente comunidade internacional de praticantes estabelecidos. Mas as assimetrias persistem: as contribuições para a ciência do Sul têm um baixo valor comercial e são de pouco interesse para o mercado. Por um lado, os produtos da nossa ciência raramente são usados em aplicações de valor econômico em nossos próprios países; por outro, eles são amplamente ignorados pelos praticantes no Norte.

Em suma, nossa ciência é amplamente subserviente a um sistema com poder, dinheiro e meios para decidir qual ciência “importa”: um sistema profundamente influenciado pelos princípios de gestão industrial pós-Segunda Guerra Mundial inspirados por modelos de eficiência tayloristas. A mercantilização de produtos científicos, publicação científica e sua principal “moeda”, o fator de impacto, são consequências naturais da

industrialização do empreendimento científico.

Vamos lembrar que o modelo de publicação comercial surgiu quando empresas privadas assumiram as publicações em formato de periódicos das sociedades científicas, que ainda eram as principais editoras na primeira metade do século passado. Essas sociedades entregaram a gestão editorial e administrativa para editoras comerciais, ocasionalmente recebendo em troca uma remuneração para dar suporte às atividades das sociedades. As editoras viram o valor de mercado dessa oportunidade para um modelo de negócio lucrativo, uma “máquina de financiamento perpétuo” nas palavras de Robert Maxwell, e criaram um acordo ambicioso. Consequentemente, os cientistas fariam todo o trabalho substantivo, não apenas produzindo o conteúdo - a matéria-prima - mas também servindo como editores e revisando os manuscritos de outros autores. Mais recentemente, isso foi estendido para toda a digitação e formatação dos manuscritos, que tinham que ser entregues “prontos para a prensa” antes da era da internet, agora são entregues “prontos para upload” na plataforma do periódico. O que mais a indústria editorial poderia pedir?

> Um vislumbre do presente

De fato, havia mais por vir. A comercialização da produção de pesquisa foi acompanhada pela criação de serviços bibliométricos e cienciométricos e sua promoção como indicadores de “bom desempenho” (tanto de indivíduos quanto de instituições). Isso contribuiu para a expansão contínua da atividade científica desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

No entanto, essa expansão, impulsionada pelos negócios e focada na produtividade, não foi acompanhada por um aumento correspondente na qualidade e relevância da ciência; alguns analistas até falam da estagnação da ciência. Isso é particularmente verdadeiro para a pesquisa de fronteira fundamental que sustenta aplicações dentro e além da ciência, bem como tecnologias modernas. Além disso, o mercado criado por incentivos bibliométricos, combinado com a adoção do modelo “ouro” do Open Access [Acesso Aberto], permitiu que um punhado de grandes empresas formasse um oligopólio transnacional responsável por cerca de 75% dos artigos publicados. Essas empresas agora firmam acordos comerciais em nível institucional ou nacional, a preços que aumentam ano a ano além da taxa de inflação e das possibilidades orçamentárias das instituições acadêmicas. Isso resulta em um dreno significativo nas finanças públicas.

É importante entender que o surgimento dessas grandes corporações editoriais com fins lucrativos não é uma falha do sistema hegemônico da ciência, mas uma alternativa que o próprio sistema fortaleceu para manter seu status hegemônico. Se estamos procurando alguém



para culpar, devemos nos concentrar no sistema dominado pelo mercado que penetrou e subverteu quase todas as áreas da atividade humana, especialmente a criação humana. De que outra forma podemos entender que, na arte, um jovem empreendedor sino-americano paga 6,2 milhões de dólares por uma “obra de arte” que consiste em uma banana fixada na parede, apenas para comê-la em uma coletiva de imprensa para “fazer história”?

> O conhecimento como bem público

Em sua análise das novas características do capitalismo, Hardt e Negri mostram como os bens comuns – aquilo que pertence à humanidade como um todo – foram cercados pelos sistemas de mercado e financeiro. Os bens comuns são o ar, a água, os frutos da terra e tudo o que a natureza nos fornece; mas também os resultados da produção social, como conhecimento, línguas e informação. Como esses últimos recursos são produzidos socialmente, eles pertencem a todos nós; e ainda assim, devido à sua mercantilização, a vasta maioria da população não pode acessá-los.

O conhecimento científico é um bem público na medida em que maior acesso não diminui seu valor para ninguém; pelo contrário, ele nos enriquece. Em princípio, ele deve ser de alta qualidade e confiável para gerar amplo apoio público à atividade científica e seus produtos – embora, na prática, estejamos longe desse ideal.

Ao discutir a gestão dos bens comuns, Elinor Ostrom não diferencia entre recursos naturais e imateriais, como o conhecimento. Em ambos os casos, ela argumenta que a capacidade dos indivíduos de gerir recursos varia dependendo das possibilidades e da disposição da comunidade de se governar adotando um conjunto de acordos e regras do jogo.

> Descomercializar a publicação científica

para manter a propriedade e controlar a disseminação

Seguindo os argumentos de Ostrom, as comunidades acadêmicas devem estar dispostas a se autogerenciar; especificamente, a retomar o controle sobre a publicação de produtos de conhecimento. Nesse sentido, a América Latina está dando um bom exemplo para o mundo, já que a maioria de nossos periódicos científicos é publicada por instituições acadêmicas sem fins lucrativos. O que é necessário é que as políticas públicas corrijam a prática contraditória de favorecer publicações comerciais e impeçam que nossas comunidades produtoras de conhecimento científico, financiadas com recursos públicos das nações, continuem a responder ao chamado do oligopólio editorial.

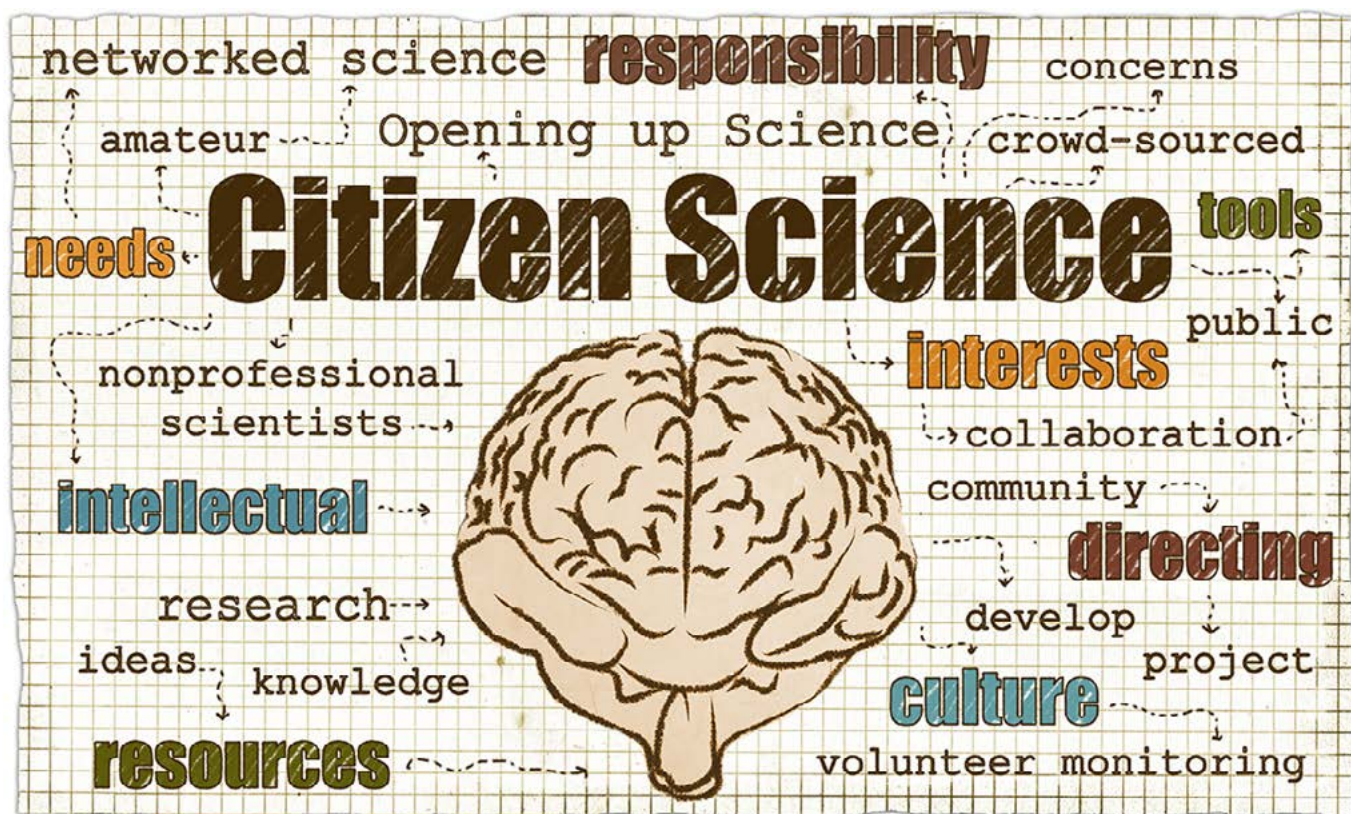
Publicação gratuita para autores e leitores tem sido a prática dominante na América Latina desde antes do termo “diamante” *Open Access* [Acesso Aberto] ser introduzido no Norte e adotado no Sul. Ele garante que a academia retenha a propriedade do conhecimento que gera e assuma o controle de sua disseminação, estabelecendo os canais e as formas de torná-lo acessível.

Descomercializar a ciência pode ser uma tarefa difícil, pois exigirá, entre outras coisas, uma mudança significativa nas mentalidades em relação ao valor social e ao propósito da ciência. Descomercializar o empreendimento editorial, que é parte do problema, é mais realista, embora exija uma ação coordenada por parte dos formuladores de políticas e da comunidade científica. Algumas instituições estão dando os primeiros passos na direção certa, cancelando assinaturas de editoras gigantes com fins lucrativos ou alterando seus critérios de avaliação acadêmica. Mas isso é apenas o começo. ■

Contato com Ana María Cetto <ana@fisica.unam.mx>

> Ciência Cidadã e uma nova agenda de direitos

por **Sarita Albagli**, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Instituto de Ciência Cidadã, Brasil



Crédito: TL Furrer, 2017, no iStock.

A ciência cidadã se expandiu nas últimas duas décadas, ganhando visibilidade nas políticas públicas de diferentes países e agendas de organizações internacionais. Ela dialoga com outras atividades e abordagens, como ciência comunitária, ciência participativa e engajamento público na ciência. A ciência cidadã abrange diversas concepções, práticas, metodologias e tópicos. É um termo polissêmico que permite diferentes interpretações e definições dependendo de quem a mobiliza e suas motivações, objetivos, perspectivas e origens. Portanto, tem um caráter situado dependendo dos contextos e condições locais. Pode começar tanto como um projeto científico buscando contribuições sociais quanto como uma iniciativa de grupo ou comunidade que pode buscar apoio ou certificação de equipes científicas.

> As perspectivas pragmática e democrática

Vale a pena perguntar desde já: “Ciência cidadã: para quê, para quem e, sobretudo, em que condições?” Podemos observar duas grandes perspectivas de projetos de ciência cidadã, que não são necessariamente opostas: podem ser complementares.

Por um lado, de um ponto de vista mais pragmático, a ciência cidadã é motivada pela mobilização de não cientistas para coletar e, eventualmente, analisar dados para reduzir custos e melhorar a velocidade e o escopo dos resultados da pesquisa. A ciência demanda cada vez mais grandes volumes de dados heterogêneos e territorialmente dispersos, o que implica que confiar apenas em equipes científicas pode não ser suficiente em muitos casos.

Por outro lado, a ciência cidadã foi chamada a dar visibilidade e reconhecimento ao conhecimento e às perspectivas de diferentes grupos sociais para trazer novos *insights* à ciência e fazer novas contribuições à resolução de problemas e à inovação social. Esta versão expressa uma perspectiva mais democrática da ciência cidadã, que requer respeitar o ritmo lento da escuta e dar porosidade ao diálogo entre diferentes tipos de conhecimento. Envolve uma abordagem *bottom-up* [de baixo para cima] e participativa, bem como metodologias de coprodução.

> Institucionalização e diversidade

Um desafio é garantir a sustentabilidade de longo prazo dos projetos de ciência cidadã, considerando a pluralidade de pontos de vista. Por um lado, isso requer que a ciência cidadã seja reconhecida e recompensada pelos sistemas de avaliação e financiamento de pesquisas. Por outro, é necessário evitar modelos institucionais que criem critérios rígidos para definir um projeto como ciência cidadã, pois isso pode inibir sua diversidade, abertura e inovação. Precisamos permitir uma compreensão dessa abordagem da ciência como um conceito e processo que estão em construção e em constante mudança.

Diferentes tipos de iniciativas não necessariamente se autodenominam ciência cidadã, mas podem ser entendidas como parte desse campo. Na América Latina, há vasta experiência acumulada em abordagens e metodologias participativas em pesquisa e educação. Isso é atestado pelo trabalho pioneiro do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda e do educador brasileiro Paulo Freire.

No Brasil, iniciativas de ciência cidadã vêm atraindo cada vez mais atenção desde o final da primeira década deste século. Em 2021, foi criada a Rede Brasileira de Ciência Cidadã (RBCC), que hoje reúne mais de 400 participantes. Em abril de 2022, foi lançada a [plataforma Cívica de ciência cidadã](#), pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A Cívica já registrou mais de 200 iniciativas e projetos de ciência cidadã na América Latina, sendo mais da metade no Brasil. Há iniciativas de ciência cidadã que atraem pessoas interessadas em ciência como hobby ou lazer em temas como observação de pássaros (veja [Wikiaves](#)); comunidades afetadas por desastres socioambientais que produzem dados com o apoio de equipes universitárias que as ajudam a lutar por seus direitos (veja “[Que Lama é Essa?](#)”); projetos que mobilizam a ciência cidadã em ações de proteção ambiental (veja [Blue Change Initiative](#) [Iniciativa Mudança Azul]) e de proteção da qualidade dos ambientes marinhos e costeiros, entre muitos outros exemplos.

> Ciência cidadã como ciência aberta

A ciência cidadã atualmente faz parte do movimento da ciência aberta. O que está em jogo não é apenas a dimensão quantitativa da abertura, focada no acesso, mas seu aspecto qualitativo – o tipo de conhecimento que queremos produzir, o que significa abertura a uma diversidade de pontos de vista. Isso implica que suas práticas e métodos vão além dos princípios e protocolos de acesso aberto e dados abertos. Considerar as posições e hierarquias desiguais entre a heterogeneidade de atores que participam dessas iniciativas é importante. Portanto, dados abertos exigem mais do que princípios *FAIR*, ou seja, que os dados sejam encontráveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis. Envolve também atenção aos princípios *CARE* propostos pelos povos indígenas: benefício coletivo, autoridade para controlar, responsabilidade e ética. É necessário adotar, sempre que relevante, protocolos de consentimento prévio, livre e informado, meios para o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes e ferramentas para a repartição justa e equitativa dos benefícios.

Infraestruturas abertas também são cruciais, considerando o uso crescente de ferramentas digitais por projetos de ciência cidadã, como aplicativos de celular, dispositivos de gravação, medição, sensoriamento e plataformas digitais. Embora esses dispositivos permitam maior produção e registro de dados de forma descentralizada, eles também apresentam riscos de extração e exploração de dados. Isso faz parte da emergente Economia de Plataforma – ou melhor, Capitalismo de Plataforma – ameaçando a soberania dos dados, ou seja, nossa capacidade e autonomia de tomar decisões sobre a produção e uso de nossos dados. Essas plataformas geralmente têm interfaces amigáveis, mas pouca transparência sobre suas estratégias operacionais e de lucratividade. O uso crescente de inteligência artificial cria oportunidades, mas também riscos. Ao mesmo tempo, a exclusão digital persiste, afetando várias regiões e grupos sociais que permanecem sem acesso adequado à internet e se tornam vulneráveis às grandes empresas de tecnologia.

Esses aspectos e suas respectivas salvaguardas devem ser considerados em projetos de ciência cidadã.

> Ciência cidadã em arenas conflituosas

Tem sido argumentado que precisamos da ciência cidadã para contribuir para o enfrentamento da atual crise socioambiental planetária. No entanto, construir um “futuro comum” não é necessariamente consensual ou pacífico. As causas e consequências da crise estão distribuídas de forma desigual entre países, regiões e segmentos sociais. Enfrentá-las muitas vezes envolve posições divergentes e conflitantes em relação a visões de mundo e estilos de desenvolvimento. Há disputas,

às vezes violentas, entre forças de proteção ambiental e exploração da natureza, particularmente em cenários de alta desigualdade social e vulnerabilidade política. Em que medida a pressão por estilos alternativos de desenvolvimento leva a ciência a ser permeável a outros valores e práticas ou mesmo motiva mudanças paradigmáticas nas estruturas de poder da ciência?

Muitos apontam que os paradigmas científicos ocidentais promoveram a invisibilidade e criaram obstáculos para desenvolver e reconhecer outras trajetórias científicas e tipos de conhecimento mais diversos que poderiam permitir caminhos que levassem a um desenvolvimento mais sustentável. Nesse contexto, surgiu um conjunto de visões contra-hegemônicas sobre conhecimento e ciência, expressando, nas palavras de Michel Foucault, uma verdadeira “insurreição de conhecimentos subjugados”. Elas se originam de várias linhas de pensamento derivadas de movimentos sociais inspiradores – do ambientalismo às teorias feministas e queer, estudos antirracistas, pós-coloniais, decoloniais e subalternos, a pedagogia dos oprimidos, a ecologia do conhecimento e as epistemologias do Sul Global.

Aqueles que propõem tais linhas de pensamento têm buscado tornar visíveis as visões de mundo e estruturas epistêmicas de povos tradicionais e indígenas, grupos em risco e populações vulneráveis, grupos socialmente estigmatizados, expertise leiga ou conhecimento experiencial e ciência periférica. O objetivo é valorizar seu papel no enfrentamento da atual crise planetária. Eles propõem promover o que consideram justiça cognitiva, mudanças de paradigma e pensamento de fronteira, entre outros termos.

> Uma relação dialógica entre ciência e sociedade para combater a desinformação

Nesses cenários, o papel da ciência cidadã não se limita a preencher lacunas de dados para monitorar o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável. A ciência cidadã tem sido levada a dialogar com essas linhas de pensamento e ação, promovendo a interação entre diferentes bases ontoepistêmicas – diferentes modos de viver e formas de conhecer – e visibilizando práticas de conhecimento com conexão mais equilibrada com a sustentabilidade da vida. A ciência cidadã também tem sido um meio para a educação científica e ambiental, contribuindo para uma relação mais dialógica entre ciência e sociedade. Isso tem ganhado importância devido à desinformação e campanhas de descrédito da ciência, como as campanhas negacionistas climáticas e antivacinas, com a disseminação de *fake news* [notícias falsas] e *fake science* [ciência falsa].

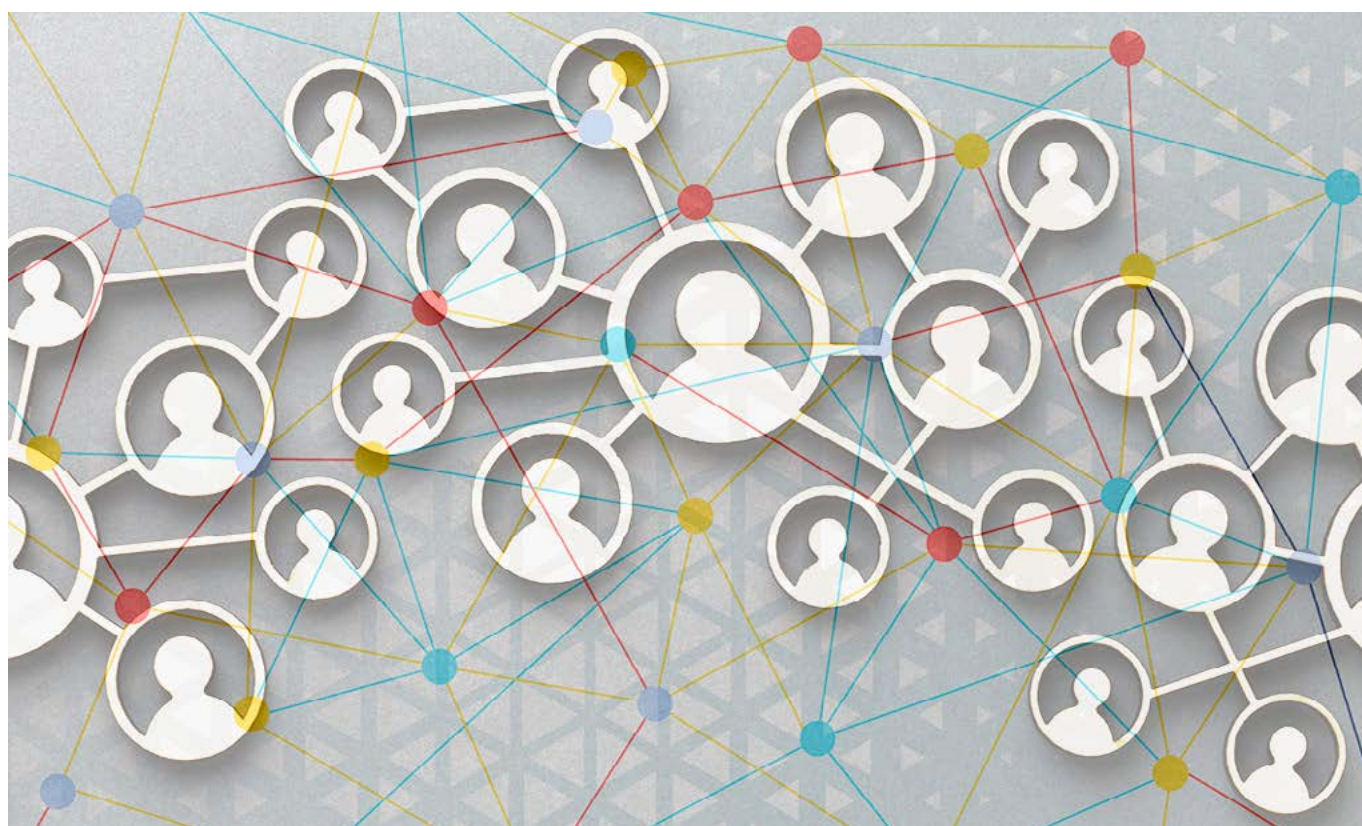
A ciência cidadã pode ser uma oportunidade para fortalecer a cidadania, especialmente para aqueles que de outra forma seriam excluídos dela. A noção de cidadania é reinterpretada, dando centralidade a relações mais horizontais entre os diferentes atores e espaços de conhecimento. A ciência cidadã pode oferecer ferramentas para apoiar dados e ativismo cognitivo para expandir a influência social na gestão territorial e nas políticas públicas. Isso significa incluir uma nova agenda de direitos, especialmente o “direito à pesquisa”.

Esta é uma questão crucial se quisermos promover um diálogo amplo dentro e além da ciência. Tais conversas indicam o desenvolvimento da ética da coexistência entre diferentes matrizes epistemológicas em direção a uma perspectiva de polifonia, de comunicação em seu sentido etimológico original de “tornar-se comum”. ■

Contato com Sarita Albagli <sarita@ibict.br>

> Repensando a ciência aberta: rumo ao cuidado para a equidade e inclusão

por **Ismael Ràfols**, Cátedra UNESCO em Diversidade e Inclusão na Ciência Global, Universidade de Leiden, Holanda, INGENIO (CSIC-UPV) e Universidade Politécnica de Valência, Espanha



Crédito: montagem baseada em imagens do Freepik.

> Dores do crescimento: mais Ciência Aberta está exacerbando suas contradições

A Ciência Aberta (CA) representa um novo modo de fazer ciência com base no trabalho cooperativo e novas formas de compartilhar conhecimento, frequentemente por meio de tecnologias digitais ou outras ferramentas colaborativas. Além disso, conforme expresso em uma Recomendação da UNESCO em 2021, há esperança de

que a CA “servirá para ampliar o acesso ao conhecimento científico em benefício da ciência e da sociedade e [...] promoverá oportunidades de inovação e participação na criação de conhecimento científico e no compartilhamento de seus benefícios” ([UNESCO, 2023](#)).

Dados esses benefícios potenciais, atividades como publicações de acesso aberto, compartilhamento de dados e ciência cidadã foram promovidas e ganharam terreno, particularmente na última década. No entanto, análises recentes de CA encontraram algumas tendên-

»

cias preocupantes: sim, a CA está se espalhando, mas está fazendo isso de uma forma que questiona as expectativas de que isso pode levar a mais equidade e aumentar o impacto social da ciência.

No geral, tem-se a impressão de que algo deu errado com os modos atuais de desenvolvimento de CA: por um lado, [a Ciência Aberta atual está levando a mais desigualdade](#) e, por outro, [o impacto social das formas atuais de fazer Ciência Aberta não é claro ou é limitado](#).

Primeiro, sobre a desigualdade, pesquisadores em universidades e países ricos (como é o meu caso) agora têm o privilégio de ser relativamente mais visíveis do que colegas em contextos de recursos pobres, porque nossas instituições podem pagar taxas (frequentemente caras) para publicar via *Open Access* [Acesso Aberto]. Embora isso torne algum conhecimento acessível, vai contra o princípio básico de que as contribuições científicas devem ser julgadas e tornadas visíveis de acordo com seu mérito acadêmico, não por causa da riqueza dos autores. Portanto, muitas partes interessadas acreditam que o modelo de pagamento para publicação (o que costumava ser chamado de “ouro” ou CA híbrido) está corrompendo o sistema de pesquisa. Este modelo também prejudica os editores com *Open Access* [Acesso Aberto] “diamante” (grátis para publicar e ler), [particularmente em regiões como a América Latina e Europa Oriental](#). Como resultado, [mesmo na Europa Ocidental, a maré está mudando de pagamento para publicação para suporte institucional para periódicos de Open Access \[Acesso Aberto\] diamante](#).

Em segundo lugar, [de acordo com uma revisão recente](#), até agora há pouca compreensão dos benefícios sociais da CA. No entanto, as evidências atuais sugerem que a ciência cidadã e outras abordagens participativas, como interações com formuladores de políticas e partes interessadas, são as principais formas pelas quais a pesquisa contribui por meio de arenas sociais. Em outras palavras, o impacto social raramente acontece por meio de artigos ou dados, mas principalmente por meio de interações sociais que mediam a “transferência” de conhecimento de um lado para o outro entre atores sociais e pesquisadores. Essas descobertas questionam o foco atual no investimento em plataformas tecnológicas de muitas políticas de CA.

Seguindo esses *insights*, argumentarei que a conceitualização e a promoção da CA precisam ser repensadas para atender ao objetivo de fornecer justiça epistêmica.

> Ciência Aberta como transformação, mas em qual direção?

Como vimos, existem dois principais impulsionadores para o desenvolvimento da CA. Primeiro, a digitalização da informação trouxe novos métodos para produzir, co-

municar e armazenar conhecimento científico. Segundo, a expectativa de que esses novos métodos facilitariam as interações ciência-sociedade tem sido associada a críticas ao impacto social da ciência e à esperança de tornar a pesquisa mais responsiva às necessidades, demandas e aspirações da sociedade.

[Agendas muito diferentes para implementação da CA foram desenvolvidas](#) dependendo do motivo pelo qual buscamos CA e o que acreditamos que CA pode realizar. Algumas das visões focam mais em ganhos de eficiência dentro do sistema de pesquisa, outras no desenvolvimento de tecnologias de plataforma, na ampliação do acesso à informação ou estão preocupadas principalmente com a participação. Embora, em princípio, esperasse-se que essas visões fossem executadas em paralelo e se complementassem, a implementação trouxe tensões e dinâmicas contraditórias.

[Se entendermos a CA como transformação do sistema de pesquisa](#), cada visão da CA empurra a pesquisa em uma direção incompatível com outras visões. Por exemplo, o desenvolvimento da CA em termos de plataformas de informação muitas vezes entra em tensão com a CA como inclusão e participação, uma vez que algumas seções da população global não desfrutam de um contexto ou não têm as capacidades que lhes permitem participar por meio dessas plataformas. Ou, por exemplo, mais *Open Access* [Acesso Aberto] por meio de um modelo *pay-to-publish* [pagar para publicar] é antagônico à CA em termos de equidade (porque pesquisadores em contextos de poucos recursos não podem pagar) e integridade (porque o rigor dos sistemas de revisão de [alguns periódicos pay-to-publish \[pagar para publicar\]](#), como *Frontiers* ou *MDPI*, é questionável).

Em resumo, não há um futuro de CA a ser alcançado, mas potenciais futuros díspares que levariam a certos tipos de CA, mas não a outros. A questão a ser feita, portanto, *não é sobre a extensão do progresso em direção a mais CA, mas sobre quais tipos de CA são desenvolvidos e adotados, por quem e com quais consequências*.

[Philip Mirowski, um economista político da ciência](#), alertou que a CA convencional, associada à infraestrutura de informação, está intimamente associada ao “capitalismo de plataforma” (cf. o “capitalismo de vigilância” de Shoshana Zuboff) e envolve perigos semelhantes aos das mídias sociais como Google e Facebook: controle de informações de pesquisa pública em diferentes estágios do processo de pesquisa (de notas de laboratório a publicações e análises de avaliação) por empresas oligopolistas como Elsevier, Clarivate ou Springer-Nature com o poder de moldar o comportamento coletivo e as visões da ciência. Essas empresas, muitas vezes com o apoio de políticas dos EUA e da Europa (por exemplo, o antigo Plano S), não estão apenas extraindo riqueza do Sul Global, mas estão em posição de [produzir represen-](#)

[tações da ciência que podem reforçar as hegemonias do Norte Global](#) em termos de tornar suas principais questões científicas, disciplinas, línguas, valores e perspectivas culturais mais visíveis.

No entanto, em paralelo e em atrito com essas plataformas, iniciativas coletivas estão sendo desenvolvidas tanto no Sul Global quanto no Norte Global que oferecem alternativas para trajetórias de CA diversas e inclusivas; por exemplo, [La Referência](#), [Pesquisa Participativa na Ásia](#), o [Projeto Conhecimento Público](#) ou a [Declaração Barcelona](#). A questão permanece sobre quais estão mais alinhadas com a justiça epistêmica dentro dos futuros de CA alternativos.

> **Ciência Aberta por quem? Ciência Aberta para quem?**

A Recomendação da UNESCO de 2021 sobre CA foi crucial na redefinição da CA ao estabelecer equidade e benefícios coletivos como valores-chave das direções a serem seguidas. Com base no princípio da Declaração Universal dos Direitos Humanos de que: “Todos têm o direito de participar livremente [...] e de compartilhar o avanço científico e seus benefícios”, a Recomendação vê a ciência como um bem público global, e a “abertura” na CA, como o meio pelo qual tornar o conhecimento genuinamente público e global.

No entanto, [como argumentado por Michel Callon](#), a ciência não é um bem público convencional porque é necessário investimento substantivo em capacidades para participar não apenas de sua produção, mas também de sua reprodução, manutenção e uso. Qualquer cidadão pode potencialmente respirar ar limpo (um bem público) sem nenhum esforço especial e sem nem mesmo necessariamente estar ciente disso. No entanto, para participar da produção e uso do conhecimento científico, conhecimento prévio e recursos e capacidades complementares são indispensáveis.

Por exemplo, em relação à expertise: podemos ter acesso a publicações científicas sobre câncer. Mesmo assim, no caso de um diagnóstico, apenas especialistas podem usar esses artigos científicos para decidir sobre as terapias apropriadas. O resto de nós precisa confiar em relatórios voltados para o público em geral; portanto, [esses materiais \(em vez de artigos científicos\) são essenciais para o compartilhamento de conhecimento](#).

Em relação aos recursos, pode-se presumir que pesquisadores em países de renda média-baixa têm acesso a sites com dados científicos. Na prática, no entanto, eles frequentemente não podem usá-los porque a análise de dados requer alguma infraestrutura ou pessoal específico que eles não podem pagar; nos piores cenários, eles podem ter conexões de internet [caras, ruins ou bloqueadas \(devido a sanções\)](#).

Em suma, informações científicas acessíveis on-line muitas vezes não podem ser mobilizadas para bons propósitos, particularmente no Sul Global. Tornar produtos científicos (artigos, dados, software, etc.) abertamente acessíveis pode beneficiar organizações e empresas que têm fortes capacidades e recursos. Mesmo assim, esforços direcionados de “transferência” e adaptação são necessários para que esse conhecimento alcance e beneficie a maioria das populações do mundo. Apenas tornar o conhecimento eletronicamente acessível favorece principalmente aqueles que já têm acesso e não promove a participação ou o compartilhamento dos benefícios da ciência para grande parte da população mundial. É por isso que a direção que a CA está tomando ao focar no acesso livre a produtos científicos não está levando a mais equidade e justiça epistêmica.

> **Contextualizando a abertura: do “acesso aos resultados” às “conexões”**

Apesar de tudo isso, formas alternativas de fazer CA podem levar à equidade e ao impacto. A [Rede de Ciência Aberta e Colaborativa em Desenvolvimento \(OCSD-Net\)](#), liderada por Leslie Chan, defendeu que a [abertura precisa ser contextualizada](#). É somente em um contexto específico que pesquisadores e *stakeholders* podem desenvolver formas específicas de participação e comunicação que tornam o conhecimento científico valioso para grupos sociais específicos, por exemplo, comunidades sociais marginalizadas.

Essa contextualização não pode ser alcançada simplesmente focando em tornar os produtos de pesquisa digitalmente acessíveis. Em vez disso, como [Sabina Leonelli argumentou em um livro recente](#), o foco deve estar nos processos de troca de conhecimento entre pesquisadores e comunidades sociais. Esses processos frequentemente se beneficiarão do acesso aberto a produtos digitais. No entanto, as formas e plataformas particulares usadas variarão dependendo dos participantes em um dado processo de troca de conhecimento.

O movimento pela Ciência Aberta ofereceu a promessa de justiça epistêmica. Muitos ativistas acham que atores privados, [principalmente as editoras oligopolistas, sequestraram os desenvolvimentos atuais](#), mas talvez o mesmo tenha acontecido com grandes infraestruturas de pesquisa em disciplinas poderosas (por exemplo, genômica e física de alta energia). Para recuperar seu poder emancipatório e cuidar da equidade e inclusão, a CA precisa se redefinir, não em termos de produtos e plataformas tecnológicas (muitas das quais são de propriedade da indústria ou da “big science” [grande ciência]), mas nos próprios processos de troca de conhecimento em cenários mais humildes em uma gama muito mais abrangente de comunidades humanas. ■

Contato com Ismael Ràfols <i.rafols@cwts.leidenuniv.nl>

> Polarização e conflito político:

Insights da América Latina

por **Gabriel Kessler**, Conicet-UNLP/UNSAM, Argentina, e **Gabriel Vommaro**, Conicet-UNSAM, Argentina

Crédito: Matheus Ribs, [@o.ribs](#), 2021



A América Latina vem passando por um período de crescente descontentamento e conflito social e político desde 2019, agravado pela pandemia da COVID-19 em 2020, conforme discutido por [Gabriela Benza e Gabriel Kessler](#). As forças de esquerda que haviam espalhado os ventos da mudança no início do século XXI se tornaram o “*establishment*” [poder dominante] a ser desafiado. Ao mesmo tempo, o surgimento da oposição de direita pressagiu uma reviravolta política; mas essa mudança não ocorreu. O descontentamento político cresceu na América Latina desde o fim do *boom* das *commodities* e se aprofundou com a pandemia. Exemplos disso incluem protestos massivos,

mudanças no comportamento eleitoral, atitudes negativas em relação à democracia e o surgimento de propostas radicais de direita.

Neste contexto, há duas questões que gostaríamos de abordar. Como o conflito é organizado em diferentes países? Quais são as consequências e os desafios desses conflitos para a democracia na região? Para responder a essas e outras questões, o projeto Polarização, Democracia e Direitos na América Latina ([POLDER](#)), financiado pela Fundação Ford, conduziu uma pesquisa comparativa abrangente em cinco países (Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador e México) entre 2021 e 2023, usando métodos mistos.



Com base em nossa pesquisa, argumentamos que, após o fim do boom das commodities, o conflito social na América Latina pode ser enquadrado em três tipos de cenários: polarização ideológica com componentes afetivos, polarização em torno de um líder emergente e descontentamento generalizado. Esses três tipos são dinâmicos e não seguem uma sequência pré-estabelecida, como mostrado na Figura 1.

Cenários de descontentamento na América Latina contemporânea.

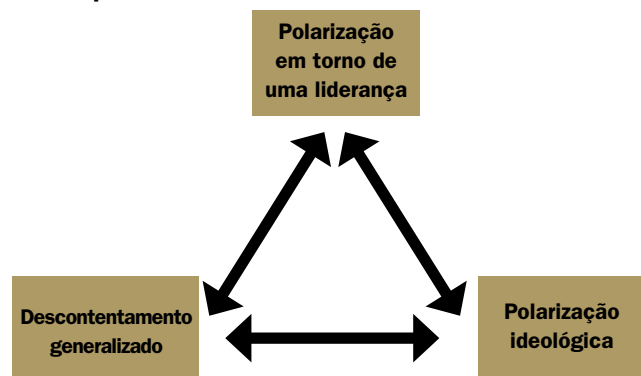


Figura 1.

> Analisando três casos: Brasil, Colômbia e México

Entre os países estudados dentro do *POLDER*, Argentina e Brasil são casos de polarização ideológica, assim como Uruguai. Há descontentamento generalizado na Colômbia, assim como há, com nuances, no Peru e Equador. Os casos de polarização em torno de um líder são os do México sob Andrés Manuel López Obrador e El Salvador sob Nayib Bukele. Consideraremos três casos para ilustrar esses cenários.

No Brasil, a polarização começou na primeira década deste século com uma “virada à esquerda” construída em torno de uma sólida coalizão sociopolítica compreendendo uma aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT), sindicatos e movimentos sociais. Os governos do PT, como argumenta [Singer](#), estabeleceram políticas redistributivas juntamente com políticas progressistas de cultura, gênero e direitos humanos. [Samuels e Zucco](#) mostram que quando Bolsonaro surgiu no cenário eleitoral, ele conseguiu representar um eleitorado disperso e heterogêneo que foi reunido tanto por sua rejeição ao PT quanto, como também proposto por [Santos e Tanscheit](#) e [Rennó](#), por sua discordância com uma direita dominante que não representava totalmente a agitação cultural e econômica contra Lula e seu partido.

Na Colômbia, [Botero, Losada e Wills-Otero](#) demonstraram que Álvaro Uribe surgiu em 2002 como uma alternativa autoritária aos candidatos tradicionais do partido (apesar de ser um líder do Partido Liberal). Dentro do quadro de “segurança democrática”, ele construiu uma marca partidária bem-sucedida com base em políticas

de linha dura sobre conflitos armados domésticos. O referendo de 2016 sobre os acordos de paz foi caracterizado por um alto grau de polarização eleitoral e por uma união estratégica entre os que se opunham aos acordos e os conservadores religiosos. No entanto, a natureza apartidária da votação dificultou a consolidação de coalizões sociopolíticas que provavelmente enquadrariam agendas diferentes para os eleitores. Em 2018, uma opção eleitoral de esquerda em nível nacional chegou ao segundo turno das eleições presidenciais. Em 2022, essa força levou seu líder, Gustavo Petro, ao poder.

Após mais de 70 anos de predominância do “Partido Revolucionário Institucional”, conhecido como PRI, o México entrou no século XXI passando por um processo de abertura democrática. Um sistema competitivo com três principais forças eleitorais surgiu: o PRI, que manteve sua força como um partido abrangente com componentes ideológicos difusos; o PAN: “Partido de Ação Nacional”, um partido conservador; e o PRD: “Partido Democrático Revolucionário”, um partido de centro-esquerda. Durante as eleições presidenciais de 2006, o PRD foi absorvido por um novo movimento, desta vez com um sólido tom de refundação: o Morena: “Movimento de Regeneração Nacional” acolheu boa parte dos líderes do PRD e de sua base. O líder do Morena, Andrés Manuel López Obrador (também conhecido como AMLO), tornou-se presidente em 2018 com um discurso contra o *establishment* [poder dominante] político e seus “privilégios”. Em 2024, Claudia Sheinbaum, do mesmo partido, foi eleita com alto percentual de votos.

> Cenários nacionais e descontentamento a nível social

Como diferentes cenários nacionais influenciam a estruturação do descontentamento no nível social? Em nosso argumento, em linha com a discussão de [Ken Roberts](#) sobre o cenário político pós-neoliberal na América Latina, vemos os agentes de representação como fornecendo as estruturas dentro das quais a sociedade organiza o descontentamento. Por exemplo, no caso do Brasil, [Kessler, Miskolci e Vommaro](#) mostram que os eleitores do PT têm posições progressistas em questões culturais e econômicas. Os eleitores de Bolsonaro são mais conservadores em ambas as dimensões. Em cenários de descontentamento generalizado em relação às elites políticas, os partidos organizam o cenário eleitoral, mas são agentes fracos de representação e, portanto, não organizam o conflito no nível social. Este é o caso da Colômbia, onde [Kessler et al.](#) mostram que a preferência eleitoral e as posições ideológicas são fracamente correlacionadas. Quando um cenário polarizado se concentra em um líder, essa polarização opera no nível eleitoral, mas não organiza preferências e demandas dentro das principais agendas da sociedade. Como na Colômbia, a preferência eleitoral e as posições ideológicas são fracamente correlacionadas no México.

Os três cenários que definimos também têm implicações para diferentes dimensões de estruturação de conflitos. O primeiro impacto óbvio é na politização de agendas no nível social. Há uma correlação entre um alto nível de polarização e um maior interesse em política. As opiniões estão claramente alinhadas com os votos. Essas ideias estão relacionadas às estruturas oferecidas por coalizões sociopolíticas. O Brasil tem mais argumentos e linguagem sobre direitos e menos com base em critérios individuais. Tanto no México quanto no Brasil, há mais interesse em política e mais consumo de informação política. Por outro lado, a Colômbia é o caso menos politizado, com maior peso dado a estruturas religiosas e menos consumo de informação política.

Em segundo lugar, há implicações para o alinhamento ideológico do descontentamento. Altos níveis de alinhamento implicam que as estruturas que organizam posições em agendas seguem a divisão esquerda-direita (com suas particularidades nacionais), geralmente associadas às principais coalizões sociopolíticas concorrentes. No Brasil, onde há polarização ideológica, uma fronteira ideológica entre eleitores das duas opções concorrentes pode ser identificada. Na Colômbia, prevalece o descontentamento generalizado. A falta de oportunidades e a visão negativa das elites geram a percepção de um campo de jogo desigual: tudo é criado pelas elites apenas para seu próprio benefício. Essa ideia de um campo de jogo desigual gera apatia e raiva. No México, o fator crítico é moral e questiona os protagonistas da história recente do México, particularmente no que diz respeito à corrupção e aos privilégios.

O grau e o conteúdo da polarização afetiva também variam nos três cenários. O Brasil exibe os maiores níveis de desqualificação moral do adversário com polarização ideológica. Assim, a polarização afetiva retroalimenta os alinhamentos ideológicos em vez de suplantá-los. Um claro contraste pode ser observado na Colômbia, onde a visão negativa do outro só emerge entre pequenos grupos de eleitores radicais. No México, enquanto isso, o alinhamento ideológico também é difuso. Ainda assim, a figura de AMLO pode dar origem a uma reordenação ideológica da sociedade ou se tornar uma experiência menos duradoura de interpelação populista.

> Conceitualização de cenários e situações polarizadas

O caráter dinâmico da nossa conceitualização de cenários tem implicações para situações polarizadas. A polarização é conhecida por ter efeitos desiguais na vitalidade democrática. Ela organiza o descontentamento e cria altos níveis de politização, mas também gera muita animosidade no nível social.

Cenários de polarização em torno de um líder emergente podem dar espaço para o crescimento de orientações autoritárias. Este não foi o caso no México, onde a presidência de Claudia Sheinbaum parece augurar um aprofundamento da democracia. No entanto, outros casos de líderes emergentes prometendo transformar descontentamento de longa data em esperança de mudança podem ser sinais preocupantes de democracias não-liberais, como pode ser visto com Bukele em El Salvador, ou uma virada para a extrema direita com um futuro incerto, tipificada por Milei na Argentina.

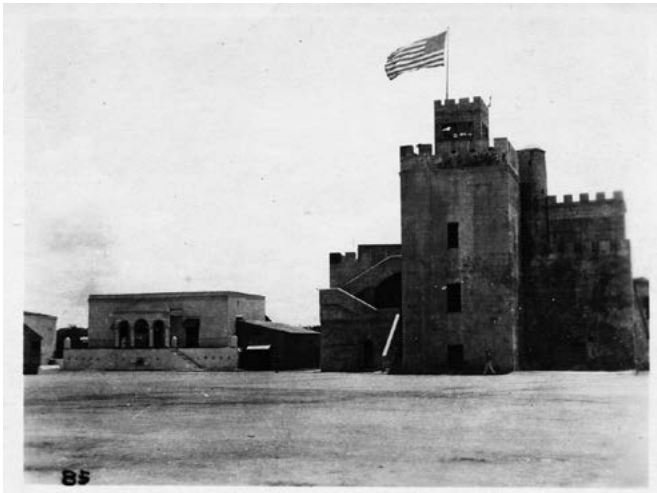
Por fim, casos de descontentamento generalizado parecem mais comuns na América Latina. A insatisfação com a democracia, o baixo nível de participação nas eleições e a dificuldade da sociedade em transformar sua insatisfação em ação transformadora apontam para um cenário de alta volatilidade política sem horizonte claro para mudanças. ■

Contato com Gabriel Kessler <gabokessler@gmail.com>

* Uma versão anterior deste artigo foi publicada na [The Review of Democracy](#).

> Haiti: O crepúsculo de um Estado

por **Jean-Marie Théodat**, PRODIG (Centro de Pesquisa para a Organização e Disseminação de Informação Geográfica), Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, França



Crédito: USMC, 1922, Richard, dos Estados Unidos, no Openverse

De acordo com a lógica usual, o terror é um instrumento de opressão usado por poderes autoritários para subjugar a população e reforçar seu domínio sobre a opinião pública. No Haiti, hoje, o terror não é usado para consolidar o poder, mas é uma consequência da ausência de poder. A perda do monopólio da violência legítima levou a uma dispersão nas mãos de indivíduos venais da função régia de garantir a segurança dos cidadãos. Ao mesmo tempo, os estratos oprimidos da sociedade, que há muito sofrem com a exclusão social e cultural e uma distribuição desigual de riqueza, são confrontados com uma sensação de desencanto que deu origem a movimentos antissociais e violentos: gangues. Seu poder de fogo é tal que o estado é incapaz de derrotá-los.

> Assassinato, impunidade e medo

Em 7 de julho de 2021, o presidente Jovenel Moïse foi assassinado na presença de sua esposa e filhos. Segundo testemunhas, a vítima foi torturada antes de ser morta a tiros com uma arma automática: doze balas para um homem. Poderia ser o título de um filme B. Somando-se a essa explosão de violência está a facilidade assustadora com que os assassinos conseguiram escapar sem nenhum incômodo. Foi somente quando retornaram às suas bases que os perpetradores foram presos. Claramente, eles se sentiam tão confiantes em sua impunidade que não esconderam ou mesmo oculta-

ram suas armas. Como eles conseguiram entrar na residência presidencial sem encontrar o menor obstáculo? Esta questão é tão importante quanto o motivo por trás do crime. Os assassinos conseguiram entrar e sair da residência do presidente sem causar qualquer alarme ou reação dos agentes responsáveis pela segurança do chefe de Estado. A execução foi uma operação no estilo da máfia, que também serviu como um aviso para as testemunhas manterem um perfil discreto.

> Eleições questionáveis, confrontos constantes e a quebra da lei e da ordem

Na época de seu assassinato, o presidente Moïse já era uma figura mal-amada. Eleito em 2016, ele assumiu o cargo após um processo eleitoral marcado por inúmeras irregularidades, forçando o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) a voltar à prancheta duas vezes. O CEP, que foi acusado de corrupção e apropriação indébita maciça de fundos públicos sob o programa Petrocaribe, continua a influenciar as decisões do governo e é visto como um substituto para a presidência. Manifestações esporádicas ocorreram para exigir responsabilidade no uso de fundos públicos alocados para reconstruir a capital após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, que causou perdas materiais com um valor estimado em mais de US\$ 9 bilhões e deixou mais de 250.000 pessoas mortas ou desaparecidas.

As manifestações geralmente começam nos bairros pobres da capital e se espalham para os distritos ricos de Pétion-Ville, onde residem as pessoas com dinheiro e poder. Embora a princípio sejam pacíficos, os protestos frequentemente degeneram em saques de lojas, saques de armazéns e atos de vandalismo frequentemente visando vendedores ambulantes.

Entre 2016 e 2018, Porto Príncipe sofreu com confrontos entre manifestantes e polícia, durante os quais trocas de tiros deixaram muitas vítimas anônimas mortas. Enquanto isso, o assassinato de oponentes não resulta em prisões ou qualquer forma de julgamento dos perpetradores. O chefe de estado, ele próprio um defensor de táticas de força para se livrar de seus oponentes, acabaria perecendo pela espada que ele havia usado para reprimir os manifestantes nas ruas. O poder que depende apenas dos serviços de infiltrados externos e não obedece a nenhum mandato democrático para manter a ordem pública está fadado a desaparecer. O uso de milícias e gangues criminosas para manter a lei e a ordem reflete uma deriva em direção a um estilo de go-

vernança mafioso que gradualmente levou os traficantes de drogas a assumirem a liderança em operações projetadas para demonstrar a autoridade do estado.

> Motins, gangues e assassinatos sob demanda

Para garantir a segurança do pessoal do governo e proteger as rotas mais importantes do país e os pontos de entrada (portos, aeroportos e passagens de fronteira), o uso de prestadores de serviços privados serviu como um cavalo de Troia para os traficantes de armas, que conseguiram se mover com mais facilidade desde que o exército haitiano foi dissolvido em 1995. Em março de 2018, um massacre ocorreu em La Saline, um dos bairros mais carentes da capital e o ponto de partida para muitos protestos antigovernamentais. Mais de 80 pessoas foram assassinadas pelos capangas do líder da gangue Jimmy Chérizier. Alguns foram esquartejados e queimados, justificando retrospectivamente o apelido de “Barbecue” [“Churrasco”] que Chérizier havia recebido quando sua mãe vendia salsichas grelhadas nas calçadas da cidade. Até o momento, nenhuma prisão foi feita, nem houve qualquer inquérito público, enquanto os parentes das vítimas se mantêm em silêncio, por medo de represálias.

Em julho de 2018, os protestos se intensificaram, e o governo se deparou com tumultos e ruas barricadas. Apesar do descrédito geral do estado e do bloqueio de uma semana das principais estradas da capital, o governo conseguiu se manter no poder, mas ao custo de uma repressão sangrenta orquestrada pelas gangues. Nos bairros pobres, cenas macabras proliferaram. Civis se viram à mercê de gangues armadas que assassinaram, estupraram e incendiaram moradias sem qualquer intervenção da polícia. Entre 2018 e 2021, opositores do governo foram sistematicamente assassinados, sem consequências para os perpetradores. Monferrier Dorval foi assassinado em 28 de agosto de 2020, e Antoinette Duclair em 29 de junho de 2021. O primeiro era um advogado e presidente da Ordem dos Advogados de Porto Príncipe e um constitucionalista especialista que contestou a legitimidade da proposta do presidente de emendar a constituição por referendo. O outro era um jornalista que criticava o governo. Ambos foram assassinados em circunstâncias que permanecem obscuras, mas sugerem que foi por ordem do Palácio.

Este é o pano de fundo em que o presidente Jovenel Moïse foi assassinado. Ariel Henry, como primeiro-ministro, assumiu o poder, mas seu poder foi imediatamente desafiado por apoiadores de seu antecessor, que haviam sido demitidos apenas dois dias antes do assassinato. De julho de 2021 até sua queda em fevereiro de 2024, o governo de Henry assistiu impotente enquanto 80% da área metropolitana de Porto Príncipe era tomada por gangues armadas em uma aliança criminosa chamada “Viv Ansanm”, com um poder de fogo totalizando mais de 600.000 armas de combate. Jimmy Chérizier, que governa esse cartel de mafiosos com punho de ferro, lançou seus primeiros ataques contra o governo central em janeiro de 2024. Para justificar suas ações, o líder da gangue adota uma linguagem pseudorrevolucionária. Enquanto causam estragos nos bairros mais pobres da

capital (Bel Air, Delmas, Grand Ravine, etc.), os bandidos afirmam ser defensores dos oprimidos.

> A ascensão dos senhores da guerra e do Conselho Presidencial de Transição

Diante da deriva autoritária de um governo ineficaz e corrupto, uma parte da oposição escolheu fevereiro de 2024 para pedir a renúncia do primeiro-ministro. Quando a intervenção policial pesada não conseguiu desencorajar os manifestantes, milícias privadas foram trazidas para ajudar as forças da ordem. O governo usa milicianos como auxiliares que não seguem nenhum código de conduta, muito menos qualquer código de honra. As milícias cometem massacres em bairros pobres e expulsam os habitantes desesperados das áreas sob seu controle. Agora agindo como soldados sem mestres, antigos líderes de gangues se transformaram em senhores da guerra, estabelecendo sua própria lei nos arredores da cidade. Os nomes de Izo, Lanmò Sanjou, Tilapli, Chen Mechan e Barbecue se tornaram tão familiares quanto os dos principais ministros do governo. Enquanto isso, o governo está gradualmente perdendo o controle das gangues que ajudou a estabelecer.

As gangues invadiram centros simbólicos de poder, dando origem a temores de que Barbecue pudesse tomar o palácio nacional. A desestabilização do estado foi tal que bandidos armados impediram o primeiro-ministro de retornar ao Haiti após viajar ao exterior, e ele foi forçado a renunciar. Sua derrota, além de oferecer uma oportunidade de remover a incompetência, refletiu o colapso da autoridade do estado. Isso explica por que Barbecue, em suas declarações públicas, agora está exigindo participação direta no poder dentro da estrutura do Conselho Presidencial de Transição criado em 30 de abril de 2024. Sua retórica pseudorrevolucionária ressoa com alguns jovens que ficaram desorientados pela deriva do poder político em direção à criminalidade.

> Uma nação à deriva

O grau de desilusão é proporcional à escala da desigualdade e à dificuldade em encontrar uma solução para disparidades extremas de riqueza. Cerca de 20% da população do Haiti concentra 65% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais pobres compartilham apenas 1%. É como se o tempo da revolução tivesse chegado, mas a maioria se recusou a se juntar ao movimento, deixando uma minoria de fanáticos para expressar sua rejeição a um sistema desigual e cínico com palavras e fogo. As massas trabalhadoras dos subúrbios, muito preocupadas com sua sobrevivência cotidiana, não têm tempo para manifestações. Quanto à classe média, exterminada pelo exílio (com 85% dos que possuem mestrado ou grau superior vivendo fora do país), ela também não se juntou aos protestos, por medo da violência perpetrada por uma multidão enfurecida.

De sua posição de precariedade sistêmica no topo de uma pirâmide social perigosamente inchada em sua base, a oligarquia é cada vez mais confundida com um submundo

ao qual se associa para continuar existindo. Muitos empresários e políticos (incluindo senadores e deputados) estão envolvidos em tráfico de todos os tipos. Seja na fronteira terrestre com a República Dominicana, na fronteira marítima com a Jamaica ou na fronteira aérea com os estados continentais do Caribe (Flórida, Colômbia, Panamá), o Haiti está no centro de uma rede ligada à economia ilícita de armas e drogas. Essa rede acabou se enraizando no tecido político, econômico e social do Haiti, a ponto de infestar a arena pública.

> Idas e vindas, e permanecer fora

As Forças Armadas do Haiti foram dissolvidas pelo presidente Jean-Bertrand Aristide em seu retorno do exílio em 1994. Após uma década marcada pelo aumento da violência, o país desfrutou de um período relativo de calma entre 2004 e 2017, graças à presença de uma missão da ONU. A MINUSTAH, com mais de 10.000 soldados e policiais, contribuiu para pacificar os distritos mais problemáticos da capital, mas a um custo muitas vezes sangrento. A “pacificação” realizada pela polícia militar brasileira em particular deixou sua marca nas memórias e nos muros. A Polícia Nacional, que podia contar com apenas 10.000 oficiais em serviço em 2018, teria caído para apenas 7.000 devido a deserções de pessoal atraído pelas facilidades temporariamente oferecidas pelo governo dos EUA para emigração sem visto para os Estados Unidos.

Há relatos de várias centenas de gangues na Área Metropolitana de Porto Príncipe. Em fevereiro de 2024, elas se federaram sob a bandeira de *Viv Ansanm*, liderada por Jimmy Chérizier (também conhecido como *Barbecue*) e, como eu disse, invadiram os assentos do poder. Depois de atacar a penitenciária nacional, libertando vários milhares de presos, incluindo criminosos que cumpriam longas penas de prisão, elas passaram a atacar escolas, delegacias de polícia, igrejas, bibliotecas e templos. Elas literalmente pararam nos degraus do palácio, enquanto o *Champ de Mars*, o coração do poder na capital, se tornou um campo de batalha, literal e figurativamente.

O “país exterior” (ou seja, as províncias) é relativamente intocado pela violência de gangues. Ao contrário da capital, onde é mais fácil passar despercebido, nas províncias, a vigilância da vizinhança continua sendo uma barreira à expressão de certas tendências antisociais e o crime encontra um ambiente hostil de reprodução, pois a solidariedade comunitária ainda funciona contra intrusos.

Bairros de favelas se tornaram áreas sem lei, onde extorsão, roubo e estupro se tornaram a regra. O êxodo urbano esvaziou esses bairros de seus habitantes, que buscam refúgio nas províncias.

Os bairros mais ricos não foram afetados, mas os ricos continuam em alerta: eles são alvos de sequestradores que os espreitam nas estradas principais.

Neste contexto, nenhum país parece disposto a fornecer assistência ao Haiti, por medo de ser arrastado para a

espiral de violência que parece estar varrendo o país. Os dominicanos, que são os mais diretamente ameaçados, estão construindo mais de 160 quilômetros de muro em uma fronteira de pouco mais de 370 km de extensão. Os cubanos estão fora de cena, por causa do embargo dos EUA imposto ao seu país desde 1962. Os Estados Unidos – o único país em posição de influenciar significativamente a situação – não estão fazendo nada para conter o tráfico de armas que chega ao país pela Flórida. Como eu disse, há mais de 600.000 armas de combate em circulação no Haiti. Os EUA optaram, em vez disso, por convocar o Quênia para liderar a missão de paz, que a ONU não pode mais assumir devido à falta de consenso do Conselho de Segurança.

Em face ao crime globalizado, o Haiti está na linha de frente da democratização. O país é deixado sozinho para lidar com redes mafiosas e associações criminosas, que têm fortes bases na Flórida, América do Sul e na ilha de Hispaniola. Eles também têm a capacidade de mobilizar recursos financeiros e humanos que o estado não tem.

> Solidão desencantada

Por trás da agitação esporádica que marcou o fim do mandato de Jovenel Moïse está a profunda exasperação de uma população atolada na miséria estrutural. Mais de um terço da população vive abaixo da linha da pobreza. As remessas da diáspora, que somam US\$ 4 bilhões por ano, atendem às necessidades alimentares mais básicas, mas o país não produz bens ou serviços suficientes para ficar sem a assistência oficial ao desenvolvimento, que representa um terço do orçamento do governo. O estado sobrevive graças a essa dupla infusão de remessas de migrantes e ajuda orçamentária de países amigos, mas em um momento em que os doadores internacionais têm outras prioridades para impulsionar, sua sorte não parece brilhante. O aumento da inflação no período de 2010-2020 e a consequente erosão do poder de compra dos mais pobres jogaram os mais vulneráveis nas ruas. Jovens dos bairros carentes de Cité Soleil, Canaan, Pernier e Carrefour, carentes de educação e perspectivas de futuro, tornaram-se vítimas de políticos radicalizados que os usam como escudos humanos nas manifestações mais violentas, e de gangues que os recrutam para cometer os atos de violência mais brutais.

Na dialética da luta de classes, os marginalizados, em nível territorial, venceram a batalha. Os bandidos, que já controlavam os bairros mais pobres da capital, estenderam seu domínio sobre o centro da cidade e as principais rotas de tráfego para as províncias, cobrindo mais de 85% da Área Metropolitana de Porto Príncipe. O colapso do estado é o resultado dessa lógica criminosa. Levado ao extremo, o terror praticado e encenado nas redes sociais pelas gangues levou ao colapso do Estado de Direito no Haiti. ■

Contato com: Jean-Marie Théodat <Jean-Marie.Theodat@univ-paris1.fr>

> Mapeando conflitos

relacionados à extração ‘verde’ nas Américas

por **Mariana Walter**, Instituto Barcelona de Estudos Internacionais (IBEI), Espanha e Atlas Global da Justiça Ambiental (EJAtlas), **Yannick Deniau**, Geocomunes, México, e **Viviana Herrera Vargas**, Mining Watch Canadá

Em uma publicação recente, examinamos um processo de mapeamento que foi coproduzido por pesquisadores do Atlas Global da Justiça Ambiental (EJAtlas), Mining Watch Canada [Observatório de Mineração do Canadá], comunidades afetadas e organizações sociais, para documentar como a extração de metais e minerais considerados críticos para o crescimento verde e a transição energética e digital associada está se expandindo e gerando impactos e resistência nas Américas. O artigo examina alguns dos mecanismos e discursos que moldam a política da expansão das fronteiras de extração “verde” e explora como tais processos estão trazendo tensão para as dinâmicas de globalização e desglobalização (“*onshoring*” [deslocalização] ou “*reshoring*” [relocalização]).

Nós documentamos 25 conflitos de mineração em larga escala relacionados à extração de lítio, cobre e grafite na Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Equador, Panamá, México, EUA e Canadá: nove países abrangendo as Américas. Mais de 30 organizações e uma dúzia de pesquisadores contribuíram para esse esforço colaborativo. Os partici-

pantes trouxeram diferentes conhecimentos, experiências e habilidades para coproduzir as histórias de caso e desenvolver um mapa em destaque dentro do Atlas Global de Justiça Ambiental.

> Uma transição extrativista

Em 2020, o Banco Mundial estimou que, nos próximos 30 anos, seria necessário extrair 3 bilhões de toneladas de minerais e metais para impulsionar a transição energética global e evitar um aumento superior a 2°C na temperatura global. A demanda por metais e minerais como cobre, grafite, níquel, zinco, cromo, manganês, lítio, cobalto ou solos raros está atualmente em alta para suprir o desenvolvimento de tecnologias e infraestruturas como redes elétricas, veículos elétricos, energia solar e eólica, baterias, etc. Os cenários hegemônicos de energia e transição digital são marcados pela urgência de extrair um volume sem precedentes de metais e minerais altamente diversos.

A urgência demonstrada por governos e atores do setor privado para garantir uma ampla gama de metais e minerais, bem como suas cadeias de suprimentos, está acelerando a expansão contínua das fronteiras de extração, exacerbando as pressões extrativas e alimentando a resistência no Sul Global, bem como fomentando conflitos de extração em economias industrializadas. As tensões extrativistas são particularmente relevantes nas Américas: continentes que contêm, conforme documentado pelo US Geological Survey [Instituição de Pesquisa Geológica dos EUA], uma parcela significativa das reservas globais conhecidas de cobre, lítio, terras raras, níquel e grafite. Juntos, esses dois continentes já extraem grandes parcelas de cobre e lítio, entre outros materiais considerados críticos. Há algumas décadas, a América Latina tem sido o destino de cerca de um terço dos investimentos mundiais em mineração.

Fonte: Elaborado por Y. Deniau.

Nota: A figura apresenta os 25 casos documentados e as commodities envolvidas. Os pontos cinza representam outros movimentos de resistência relacionados aos metais de transição e minerais mapeados no EJAtlas, que não fizeram parte deste esforço de mapeamento.





Crédito: Matheus Ribs, @o.ribs, 2021

> Consenso de descarbonização

São os principais caminhos globais de transição energética que levam à descarbonização e à segurança energética que estão impulsionando esse novo *boom* global de *commodities*. Breno Bringel e Maristella Svampa propõem o conceito de “[consenso de descarbonização](#)” para enquadrar o acordo capitalista emergente para a transição de combustíveis fósseis para uma economia de emissão de carbono reduzida com base em tecnologias de baixo carbono. O consenso, eles argumentam, é baseado no discurso de que, para abordar o aquecimento global e a crise climática, é necessária uma transição baseada na eletrificação da produção e do consumo, juntamente com a digitalização. No entanto, em vez de abordar a crise climática e socioecológica, esse consenso parece contribuir para ela, aumentando as desigualdades socioecológicas, alimentando a exploração de recursos comuns e perpetuando a mercantilização da natureza. De fato, como apontado por diferentes ativistas e acadêmicos (como Lang, Hamouchène, Sandwell, Bringel e Svampa), esse processo está exacerbando o colonialismo energético e abrindo uma nova fase de desapropriação ambiental no Sul Global.

O conceito de “extrativismo verde” foi proposto para enquadrar o paradoxo pelo qual uma forma ambientalmente destrutiva de extração e acumulação carrega-

da de legados coloniais é promovida como a solução para a crise ecológica e climática (ver Voskoboynik e Andreucci, ou Zografos e Robins). Há evidências crescentes dos impactos das atividades extrativas relacionadas à transição energética e digital sobre os povos indígenas e seus territórios, riscos de biodiversidade e desmatamento e violações de direitos humanos em todo o mundo.

> Mudanças geopolíticas e (des)globalização

Ao considerar a expansão atual das fronteiras extrativistas “verdes” – para suprir agendas de crescimento verde e suas transições – processos inter-relacionados podem ser vistos convergindo. A pandemia da COVID-19 e a invasão russa da Ucrânia levaram a preocupações crescentes sobre a necessidade de garantir o controle sobre as cadeias de suprimentos para materiais críticos e fornecimento de energia. Além disso, a COVID-19 também contribuiu para uma séria recessão e dívida pública, em particular no Sul Global, onde as políticas extrativistas foram reforçadas. De fato, organizações sociais denunciaram o fato de que a COVID-19 foi instrumentalizada por governos e empresas para promover atividades extrativistas, colocando a saúde das comunidades em risco e acelerando a aprovação de projetos contestados sem participação ou consulta adequadas e sem a possibilidade de protesto público efetivo.



Diferentes avaliações de dependências e vulnerabilidades em relação a materiais críticos e cadeias de suprimentos conduzidas pela União Europeia, Canadá e EUA apontam para os desafios de um aumento sem precedentes na demanda por metais e minerais, bem como a competição global para garantir o mesmo conjunto de recursos. Tais avaliações também sinalizam a forte dependência de terceiros países para acessar certos materiais (China, em particular). Diferentes estratégias nacionais e internacionais estão sendo fomentadas para garantir as cadeias de suprimentos de materiais críticos. Além disso, governos e instituições internacionais destacam que as minas não estão sendo desenvolvidas rápido o suficiente para responder ao aumento sem precedentes na demanda prevista por materiais críticos; como resposta, processos de permissão e revisão rápidos estão sendo promovidos.

Com o objetivo de proteger cadeias de suprimentos críticas, uma série de instrumentos internacionais estão sendo desenvolvidos por diferentes países. Quantidades sem precedentes em mineração crítica de metais e minerais estão sendo investidas em todo o mundo, incluindo na América Latina, sob a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China. Os instrumentos internacionais da UE incluem parcerias estratégicas sobre matérias-primas, acordos de livre comércio com capítulos especiais de energia e matérias-primas, ou o *Global Gateway* [Portal Global]. Tais acordos estão sendo desenvolvidos atualmente com o Chile, Argentina, México e Canadá, entre outros países.

Dessa forma, os países estão competindo para controlar uma ampla gama de materiais para responder às vulnerabilidades da cadeia de suprimentos, tensões geopolíticas e aspirações de segurança econômica e energética, incluindo objetivos militares. Essa competição está levando ao aumento do protecionismo e do nacionalismo de recursos. Além disso, a urgência em proteger as cadeias de suprimentos está acelerando a expansão das atividades de extração (e processamento) em locais antigos e novos, fora e dentro das economias industrializadas. A mineração está sendo revivida em países que haviam deslocado essas atividades. No entanto, os impactos e a resistência associados estão exacerbando as tensões tanto na dinâmica da globalização (por exemplo, aumento da interrupção e contenção da cadeia de suprimentos) quanto da desglobalização (onshore) [em terra], destacando assim os limites das tendências atuais de crescimento e consumo, bem como os limites potenciais de uma nova fase da globalização.

> Mapeando os discursos e mecanismos de expansão da fronteira da extração “verde”

O processo de mapeamento que nos interessa aqui documentou alguns dos mecanismos que estão moldando a expansão das fronteiras extrativas “verdes”. Nos

casos considerados, governos, instituições de desenvolvimento e corporações apresentam à busca de projetos críticos de extração de materiais como objetivos positivos e urgentes em níveis locais, nacionais (desenvolvimento, transição verde ou segurança) e globais (clima e salvação humana, mitigação ou sustentabilidade). Tais discursos também enquadram a resistência à mineração como egoísta, irresponsável ou ignorante.

No entanto, os contradiscursos também confrontam e subvertem os discursos tradicionais, desafiando relações de poder desiguais e injustiças socioambientais. Movimentos socioambientais e comunidades indígenas alegam que seus territórios estão sendo transformados em zonas de sacrifício, aumentando as vulnerabilidades sociais e de saúde e os impactos em ecossistemas sensíveis e pouco conhecidos, fontes de água e sítios de patrimônio cultural. Embora a criminalização e a violência contra manifestantes locais sejam recorrentes no Sul Global, alegações de tomada de decisão e procedimentos participativos inadequados e ruins ocorrem nas Américas. No Canadá e nos EUA, processos de licenciamento acelerados fomentam a agitação.

Embora não seja uma amostra representativa, 20 dos 25 conflitos de mineração mapeados afetam povos indígenas. Isso inclui quatro dos seis casos documentados no Canadá e nos EUA, que são, em sua maioria, novos projetos. Os povos indígenas denunciam os padrões coloniais que estão moldando a expansão das fronteiras de extração “verde”, sacrificando corpos e territórios enquanto colocam em risco o patrimônio natural e cultural da humanidade, em vez de salvá-lo.

Muitos casos documentados ilustram uma expansão de fronteiras extrativistas e tensões socioecológicas nas Américas. Numerosos territórios, já submetidos a pressões socioambientais prolongadas e intensas, estão vivenciando uma intensificação de impactos e conflitos, aprofundando a distribuição injusta de encargos. Em Andalgalá (Argentina), a Assembleia de Algarrobo se opõe ao desenvolvimento do projeto de cobre e molibdênio *Agua Rica* [Água Rica] e *La Alumbreira* [A Alumbreira] (MARA). As comunidades estão principalmente preocupadas com os impactos nas fontes de água e nos ambientes glaciais e periglaciais. Essas preocupações decorrem de experiências negativas com a mina Alumbreira, que operou por vinte anos, causando degradação ambiental, contaminação da água e redução de terras agrícolas. O projeto Alumbreira visa processar recursos de Agua Rica, localizada a 35 quilômetros de distância. No entanto, a região já enfrenta escassez crítica de água, levando a repetidas declarações de emergências hídricas, ambientais e agrícolas. A Assembleia de Algarrobo denuncia que a empresa consumiria 300 milhões de litros de água por dia: mais de seis vezes a quantidade usada pelos 12.600 habitantes locais. O movimento de resistência de vinte anos enfrentou violência e crimi-

nalização. No Canadá, comunidades que se opõem ao projeto *North American Lithium* (NAL) [Lítio Norte Americano] citam evidências oficiais de impactos existentes e estudos hidrogeológicos inadequados. Em Chumbivilcas (Peru), comunidades indígenas relatam sérios impactos ambientais e hídricos da mina de cobre *La Constancia*. Da mesma forma, no Chile, grupos incluindo povos indígenas denunciam a mina *La Escondida* por causar danos contínuos, permanentes, cumulativos e irreparáveis ao aquífero subterrâneo do salar de *Punta Negra*.

Grupos que resistem à extração de lítio argumentam que avaliações ambientais e procedimentos de tomada de decisão não contabilizam adequadamente os impactos cumulativos de vários projetos de mineração. Na Argentina, a *Fundación Yuchan* [Fundação Yuchan] desenvolveu um mapa mostrando vários projetos de salmoura de lítio no salar de *Hombre Muerto*. Este mapa teve como objetivo mudar o foco de projetos individuais para uma abordagem territorial, destacando pressões agregadas sobre sistemas hídricos — um aspecto que eles alegam estar ausente em avaliações formais. Essa perspectiva mais ampla foi crucial para obter uma decisão judicial para suspender novas licenças de mineração de lítio em março de 2024. As comunidades argumentaram que, apesar das evidências de impactos contínuos na disponibilidade de água, onde rios e ecossistemas secam, animais migram ou morrem e os meios de subsistência são interrompidos, licenças para minas de lítio novas e expandidas continuaram a ser concedidas.

O mapeamento coproduzido que inspirou este artigo visa afastar a análise das lentes escalares, examinando a expansão local e continental das fronteiras de extração, juntamente com os impactos locais e agregados, as implicações e a resistência resultante.

> Considerações finais

A degradação ecológica despertou atenção generalizada, mas a importância da resistência social popular à expansão da extração “verde” não deve ser subestimada. Especialistas argumentam que, à medida que nos aproximamos de cenários de escassez crítica de minerais e metais, fatores ambientais, sociais e de governança provavelmente representarão o principal risco para as cadeias de suprimentos de metais e minerais nas próximas décadas, ultrapassando o esgotamento direto das reservas. De fato, enquanto comunidades locais e organizações socioambientais resistem à expansão das fronteiras de extração globalmente, governos e instituições financeiras se preocupam cada vez mais com os desafios que os impactos socioambientais e a resistência à mineração representam para o crescimento verde e as agendas de transição. Conflitos estão atrasando e interrompendo projetos extrativos em todo o mundo, levando a aumentos significativos de custos, incluindo perda de produtividade devido a atrasos, que podem variar

de milhares a milhões de dólares. Grandes mobilizações sociais forçaram o cancelamento de projetos de mineração em vários países, incluindo Espanha, Sérvia, Panamá e Argentina. As apostas políticas também são altas: em 2023, alegações de corrupção no desenvolvimento da mineração de lítio em Portugal levaram à renúncia do primeiro-ministro.

Além disso, embora este artigo tenha se concentrado na extração, tensões estão surgindo em cadeias de suprimentos inteiras, incluindo processamento, transporte, descarte/reciclagem e geração de energia de baixo carbono (por exemplo, energia solar e eólica) e infraestrutura. As pressões sem precedentes de extração e consumo de materiais impulsionadas por cenários de crescimento verde estão empurrando as fronteiras extrativas “verdes” (e cadeias de suprimentos) para um território desconhecido. Isso inclui uma nova escala e aceleração da extração, incerteza quanto aos impactos e exploração de novas fronteiras, como mares profundos ou espaço, tanto no Sul Global quanto nas economias industrializadas. Como vimos, esse processo está aprofundando crises ecológicas e encorajando resistência, restringindo a expansão em algumas áreas e moldando a política de expansão da extração “verde”. Essa resistência está criando tensão na globalização e na dinâmica de realocação, destacando não apenas os limites do crescimento e do consumo, mas também as potenciais restrições em uma nova fase da globalização. ■

Contato com Mariana Walter <marianawalter2002@gmail.com>

* Uma versão mais longa deste texto foi publicada em 26 de dezembro de 2024, na [Critical Sociology](#).

> Breve cartografia das associações sociológicas latino-americanas

por **Miguel Serna**, Universidade da República, Uruguai

Nas últimas décadas, a sociologia como profissão se expandiu em termos de números e qualidade de graduados em vários campos e papéis na sociedade. A expansão da questão social diante de crises econômicas recorrentes ou a persistência de desigualdades estruturais que fragmentaram o tecido social, juntamente com o surgimento de novos atores sociais, gerou novas demandas por pesquisa social. Este artigo aborda o desenvolvimento da sociologia do campo acadêmico para o profissional na América Latina por meio de uma análise comparativa de associações sociológicas na região, suas características e evolução.

> Um começo instável

A institucionalização da sociologia latino-americana mostrou-se difícil e marcada por várias tensões. Entre elas, estavam as reservas quanto à promoção da pesquisa social, a necessidade de autonomia acadêmica, o comprometimento público e a internacionalização da vida científica.

As iniciativas de desenvolvimento acadêmico datam de meados do século XX, marcadas por caminhos sinuosos com vários obstáculos institucionais, ritmos diversos, avanços e retrocessos. Os sociólogos latino-americanos começaram sua prática em uma estrutura universitária tradicional dominada por uma matriz fundacional de universidades orientadas para a formação de profissões liberais clássicas. O Brasil exibiu uma trajetória diferente, com desenvolvimento universitário posterior que foi acelerado pela adoção do modelo norte-americano, com Institutos de Filosofia e Ciências Humanas e departamentos para desenvolvimento de pesquisa. Em todo o continente, os sociólogos desenvolveram uma prática acadêmica cujo objetivo não era exclusivamente o ensino e a formação de profissionais, mas a prática da pesquisa social de acordo com os critérios do método científico.

O desenvolvimento da sociologia como disciplina científica esteve intimamente ligado a um modelo universitário da tradição reformista latino-americana caracterizado pelo comprometimento político e pela defesa da autonomia universitária em relação aos governos. Assim, o legado histórico das ciências sociais e seu contexto combinaram

uma rigorosa pesquisa social com uma tradição ativista de resistência à ordem social estabelecida, particularmente diante dos persistentes regimes e intervenções políticas autoritárias que assolavam a região. Desde o recente ciclo de democratização, os processos de institucionalização acadêmica e profissionalização da sociologia vêm reconvertendo seu legado e prática diante das crescentes demandas sociais internas e externas.

> Uma profissão enraizada localmente que experimentou uma rápida internacionalização

A formação de comunidades sociológicas ocorreu ao longo de um duplo eixo: enraizamento local da produção do conhecimento sociológico, em diálogo com espaços acadêmicos latino-americanos e internacionais. A inserção precoce da sociologia em circuitos de internacionalização foi evidente por meio da entrada simultânea na *International Sociological Association* [Associação Internacional de Sociologia] (ISA) e na Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) em 1950. Seguiram-se a Associação Latino-Americana de Sociologia Rural em 1969 e a Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho em 1993; e, com um perfil sub-regional, a Associação Centro-Americana de Sociologia em 1974. Ao mesmo tempo, a internacionalização da sociologia estava em diálogo permanente com outras ciências sociais, expressa por meio da participação ativa em redes regionais como a CEPAL (1948), a FLACSO (1957) e a CLACSO (1967).

Houve múltiplos indicadores da formação progressiva de comunidades acadêmicas de sociologia (centros de pesquisa, universidades, carreiras, publicações especializadas, etc.). Ainda assim, ao mesmo tempo, isso foi possível e potencializado por uma comunidade de atores, professores, intelectuais e profissionais da sociologia que exerceram sua profissão em vários campos, construíram redes e associações, e se reuniram em eventos públicos para se apresentarem como categoria e grupo profissional à sociedade.

Um senso ritual de pertencimento coletivo à profissão é a celebração de uma data comemorativa oficial do sociólogo. No Chile, este é o dia nacional do sociólogo em 24 de novembro, comemorando a criação do Colégio de Sociólogos em 1982. Na Colômbia, 10 de dezembro

relembra a criação da primeira cadeira de sociologia no país em 1882. No Panamá, a data comemorada é 12 de dezembro, para homenagear o sociólogo e escritor Raúl Leis Romero, enquanto no Peru é 9 de dezembro, lembrando a primeira cadeira de sociologia na Universidad Nacional Mayor de San Marcos em 1896. Finalmente, na Venezuela, 11 de fevereiro relembra a fundação do primeiro Colégio de Sociólogos e Antropólogos.

> Associações sociológicas: principais objetivos e desenvolvimento

Com o objetivo de apresentar uma visão geral, foi elaborada uma classificação das associações sociológicas na América Latina segundo: a) objetivo prioritário de atuação, orientada ao âmbito acadêmico ou profissional, b) idade e longevidade, e c) abrangência territorial. (figura 1).

A análise combinada da natureza da associação (acadêmica ou profissional) e variáveis temporais (idade e longevidade) revela observações empíricas interessantes. O desenvolvimento das associações a longo prazo mostra uma implementação lenta e desigual, embora com um crescimento progressivo no número de associações e de países com associações.

A análise longitudinal comparativa permitiu estabelecer três períodos históricos com perfis específicos, em linha com a análise apresentada nas seções anteriores. Houve um período fundacional da sociologia latino-americana entre as décadas de 1930 e 1970, caracterizado pelo desenvolvimento de associações do campo acadêmico, redes e expressões em nível nacional e regional. Isso foi seguido por um ciclo de expansão de associações com um perfil mais profissional, nas décadas de 1980 e 1990, durante o qual houve uma mudança da academia para campos extrauniversitários na prática da profissão sociológica. Este período foi acompanhado pelo crescimento do número de graduados e esferas não acadêmicas de prática da profissão. Finalmente, podemos identificar um período que abrange as duas primeiras décadas do século XXI, caracterizado pela diversificação e consolidação institucional da formação de sociólogos (graduação e pós-graduação especializada) e instituições e associações se enraizando no nível territorial. Este período viu o crescimento progressivo e paralelo de associações acadêmicas e profissionais em muitos países.

> Redes, solidariedade internacional e o surgimento de colégios e associações profissionais

Associações diversas contribuíram para a produção coletiva de múltiplas formas de solidariedade e para o desenvolvimento de redes. Isso proporcionou um sentimento de pertencimento e identidade endógena para a categoria profissional de diferentes maneiras, como o

estabelecimento de filiação a um grupo ou a organização de encontros sociais em eventos e congressos de sociologia, entre outros. Houve também mobilizações, apoio e comprometimento público com causas sociais e defesa de grupos sociais vulneráveis, juntamente com práticas orientadas para a solidariedade internacional, especialmente em redes latino-americanas.

O surgimento de faculdades e associações com perfil profissional ou corporativo, voltadas para a defesa, promoção e fortalecimento do campo profissional da sociologia, tem sido um desenvolvimento mais recente. Elas estão vinculadas à legitimação pública do conhecimento sociológico e de sua profissão, bem como ao avanço de regulamentações legais e normativas no exercício da profissão. Tais regulamentações são heterogêneas e parciais, desde legislações específicas inexistentes para a profissão – na maioria dos casos – até faculdades profissionais rigorosamente regulamentadas, tanto em nível nacional quanto subnacional, em vários países (como Argentina, Chile, Costa Rica, Peru e Uruguai).

> Riscos e desafios atuais

O desenvolvimento da academia, das associações e do ofício da sociologia não foi de forma alguma o resultado de uma evolução ou progresso linear, mas enfrentou múltiplos obstáculos e desafios. Por um lado, setores conservadores na América Latina desconfiam das ciências sociais e da sociologia em particular, com os sociólogos sendo percebidos como uma ameaça à ordem social. Por outro lado, novas demandas sociais por conhecimento científico e profissional podem resultar em riscos que minam aspectos substanciais da prática da profissão sociológica.

A isto se somam as transformações no mundo das profissões. Entre elas, a multiplicação e a desvalorização relativa das credenciais e dos títulos universitários e os processos de flexibilização e precarização dos mercados de trabalho profissional. Além disso, a irrupção do teletrabalho, que tem consequências em termos de distribuição de cuidados e desigualdades de gênero, tem sido particularmente visível nas ciências sociais. Devido às crescentes exigências de produtividade do capitalismo cognitivo, também há riscos de substituir um perfil crítico e de reflexão analítica por uma supervalorização das *soft skills* [habilidades sociais] e da gestão técnica de dados do mercado.

O desafio para a profissão sociológica é adaptar-se às exigências das novas dinâmicas do conhecimento social sem perder o sentido de crítica e compromisso social. Isso significa retomar o legado histórico do ativismo da sociologia latino-americana, de compromisso com mudanças profundas na ordem social e com a cultura de resistência anti-autoritária. Em uma mudança de época, requer o papel da crítica intelectual às estruturas de poder e da denúncia pública das desigualdades sociais que permeiam a região. Além dis-



Campo	Anos	Associações nacionais	Associações regionais
Acadêmico	1930-59	Sociedade Brasileira de Sociologia	Comissão Econômica para América Latina Associação Latino-Americana de Sociologia Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Acadêmico	1960-79	Associação Colombiana de Sociologia	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais Associação de Sociologia da América Central Associação Latino-Americana de Sociologia Rural
Profissional	1980-89	Conselho de Profissionais de Sociologia (Cidade de Buenos Aires) Associação de Sociólogos da Província de Buenos Aires Colégio de Sociólogos de San Juan Colégio de Sociólogos do Chile Colégio de Sociólogos do Peru	
Profissional	1990-99	Associação Panamenha de Sociólogos Associação de Sociólogos da Universidade do Panamá Colégio de Sociologia e Ciências Sociais do Panamá Colégio de Sociólogos do Uruguai	Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho
Profissional e acadêmico	2000-09	Associação de Sociólogos da República da Argentina Associação de profissionais da Província de Mendoza Rede de Sociologia das Universidades Chilenas	
Profissional e acadêmico	2010-09	Associação Argentina de Sociologia Associação de Sociólogos de Santiago del Estero Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo Sindicato dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro Federação Nacional de Sociólogos Associação Colombiana de Sociologia (refundação) Colégio de Profissionais em Sociologia da Costa Rica Associação Salvadorenha de Sociólogos e de Profissionais de Ciências Sociais Associação Hondurenha de Sociologia Associação Paraguaia de Sociologia Colégio de Sociólogos e Antropólogos de Paria (Venezuela)	

Tabela 1

Nota: Alguns países não têm associações acadêmicas nacionais de sociologia, mas têm centros universitários de sociologia de longa data (institutos, departamentos, faculdades, etc.) que são reconhecidos internacionalmente dentro dos círculos acadêmicos, o caso mais preciso sendo o México. Alguns países têm associações nacionais e centros universitários de referência, como Argentina, Brasil, Colômbia, Venezuela e Uruguai.

so, é necessário recuperar o olhar crítico sociológico sobre a sociedade para tornar visíveis os problemas e os atores sociais que foram marginalizados, desvendar os mecanismos sociais que tornam possível a reprodução das instituições de poder e das desigualdades e questionar, por meio da reflexão crítica, a simplificação e a naturalização do senso comum na explicação de questões sociais recorrentes na agenda pública (como a violência e seus usos).

Em suma, é necessário recorrer à “imaginação sociológica” como um recurso profissional essencial. Além de legados, condicionamentos e desafios, suas associações e seu ofício são provavelmente os maiores pontos fortes da sociologia conforme a sociedade muda. ■

Contato com Miguel Serna <miguel.serna@cienciasociales.edu.uy>

* Pela revisão das fontes de dados, gostaria de agradecer aos colegas da rede ALAS de associações sociológicas e profissionais, especialmente Eduardo Arroyo (Peru), Ana Silvia Monzón (Guatemala), Flavia Lessa de Barros (Brasil), Alejandro Terriles (Argentina), Raúl González Salazar (Venezuela), Briseida Barrantes Serrano (Panamá), Carmen Camacho Rodríguez (Costa Rica) e Mónica Vargas (Chile).

> A sociologia da América Latina e do Caribe em tempos de crise e incerteza

por **ALAS** (Associação Latino-Americana de Sociologia)



Crédito: Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS).

O pensamento social crítico que sustentou a ALAS como movimento intelectual vinculado ao seu tempo desde 1950 é endossado em nossos congressos. O Congresso na República Dominicana é o ápice de dois anos de preparação que dão continuidade a esse esforço para dar um sentido histórico e civilizacional à sociologia, às ciências sociais, às artes e às humanidades. Nossa América afro-Abya Yala é caribenha e latino-americana; nossos vínculos interculturais nutrem a diversidade de gênero, etnias, regiões e países e atualizam os desafios para nossa integração autônoma, crítica à colonialidade do poder, emancipatória e aberta a alternativas fundadoras

de outras formas de convivência, contrárias a toda forma de exclusão, desigualdade ou discriminação.

A policrise como fenômeno global, sistêmico, multidimensional, que atravessa todas as escalas geopolíticas é o resultado de uma crise da ordem mundial baseada em regras ocidentais. Junto com isso, estamos testemunhando a emergência de um novo multipolarismo no qual o Caribe e a América Latina podem construir relações Sul-Sul baseadas no Não-Alinhamento Ativo e na luta por uma Nova Ordem Econômica, política, cultural e social.

Esse contexto agrava a desigualdade social e a brutal concentração de renda e acelera processos de empobrecimento sem precedentes. Estamos sofrendo com a desindustrialização, o extrativismo, a precarização do emprego na chamada economia informal e fatores que desencadeiam processos complexos de acumulação por desapropriação, que afetam fortemente os povos indígenas e afrodescendentes.

A violência é a face da morte, da violação dos direitos humanos, do desaparecimento forçado de centenas de milhares de pessoas e do deslocamento forçado interno e internacional de milhões de migrantes. A esse quadro se soma o enfraquecimento do Estado propiciado pelas políticas econômicas, com sua contrapartida necropolítica impulsionada pelo crime organizado e pelo império dos poderosos. Da mesma forma, reiteram-se os costumes conservadores que reforçam as exclusões sociais, a intolerância e a discriminação, o poder androcêntrico e a estigmatização dos despossuídos e da juventude, o que produz uma sociedade fragmentada.

Nosso continente vive uma crise socioambiental de biodiversidade e interculturalidade. Essa crise gera uma luta feroz pelos bens da natureza, sua privatização e o domínio de estratégias de exploração e exclusão. Diante disso, reconhecemos a capacidade dos movimentos socioambientalistas que implantam estratégias ecosociais e interculturais do Sul Global.

Nas últimas décadas, a ação coletiva feminista tem contribuído para mudanças decisivas nas relações de gênero na América Latina e no Caribe, ao expandir e consolidar os direitos sexuais e reprodutivos, surgir demandas por uma sociedade do cuidado e mudanças institucionais que a favorecem.

Desde 2019, os estalidos sociais abriram novos imaginários e expectativas de mudança e transformações alternativas, cujo escopo e novos cenários devem ser aproveitados pelo pensamento social crítico, particularmente no contexto da ofensiva da ultradireita. Os recentes resultados eleitorais nos Estados Unidos e em vários países latino-americanos ganharam apoio popular e aprofundaram temores bem fundamentados sobre o impacto na América Latina e no Caribe do papel disruptivo do nacionalismo supremacista branco, patriarcal e racista que exacerba a perseguição de migrantes, gera uma guerra econômica devastadora na região, aumenta o poder do complexo militar-industrial e dinamita a capacidade de regulação estatal e de qualquer possível ação multilateral para enfrentar a grave policrise em todas as esferas da vida.

O Congresso Internacional da ALAS no Caribe manifesta preocupação com a destruição das conquistas das lutas sociais, que expandiram substancialmente a democratização da sociedade. Posiciona-se contra o discurso de ódio, a naturalização da violência em conflitos armados, a desqualificação e o desrespeito aos direitos públicos, incluindo a liberdade de expressão, a criminalização do protesto público e a expansão final do individualismo.

Também apoia as diversas demandas da educação pública, em especial à defesa das ciências sociais, da sociologia e de todos os saberes comunitários e ancestrais.

Defendemos uma sociologia global crítica e cosmopolita, capaz de reativar os conceitos e reflexões de tantas gerações de sociólogos que dão conta da imaginação sociológica. Estamos comprometidos com utopias e em solidariedade com a emancipação dos cidadãos e das pessoas.

Da mesma forma, as novas ciências, as revoluções científicas, a inteligência artificial e as tecnologias digitais devem ser incorporadas de uma forma que não seja alienante, não esteja presa ao consumismo, seja sensível à natureza e que melhore a coexistência democrática.

A América Latina e o Caribe são portadores de identidades e sentimentos de pertencimento inclusivos que apontam para a coexistência pacífica para a boa vida de seus povos e nacionalidades; sua vocação é radicalmente pacifista, em oposição ao genocídio do povo palestino pelo governo israelense, e promove a paz com justiça e dignidade em todos os conflitos armados que a humanidade sofre, tanto na Ucrânia quanto no Norte da África e no Sul da Ásia.

A ALAS, como ator fundamental na expressão acadêmica e social da unidade na diversidade diante das crises e incertezas planetárias acima mencionadas, está comprometida em reunir seu patrimônio histórico no âmbito do pensamento crítico para nutrir a criatividade e promover a produção de conhecimento sociológico transformador, expandindo e aprofundando com sua práxis o direito universal à justiça social e cognitiva. ■

Declaração da Assembleia Geral da ALAS no XXXIV Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, Santo Domingo, República Dominicana, 7 de novembro de 2024.

